

# CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO

II ENCONTRO ESTADUAL DO GRUPO DE TRABALHO  
EMANCIPAÇÕES E PÓS-ABOLIÇÃO  
(GTEP-ANPUH-RS)



**CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO:  
EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO**

30, 31 de outubro a 1º de novembro, na  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)



# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



**Fica autorizada a reprodução e a divulgação deste trabalho, integral ou parcialmente, em qualquer formato impresso ou eletrônico, com a devida indicação da fonte.**

**Observação: A elaboração e o conteúdo dos resumos são de inteira responsabilidade de seus autores.**

**Organizadores:** Aislan Soares Viçosa, Alícia Quinhones Medeiros, Ângela Pereira Oliveira Balladares, Bruno Dal Bosco Sena, Caiuá Cardoso Al-Alam, Daniel Bibiano Silveira, Davi dos Santos, Gabriela Rotilli dos Santos, Paulo Roberto Staudt Moreira, Priscila Goulart dos Santos, Saionara Luciana Ribeiro Moreira, Silvio José de Mello Neto, Vinicius Costa Franco, Vinicius Mendes Reis Furini, Vitória Miron Husein  
**Edição:** Alícia Quinhones Medeiros  
**Diagramação:** Vitória Miron Husein  
**Capa:** Gabriela Rotilli dos Santos

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição (2. : 2025 : Santa Maria, RS)  
Caminhos do pós-abolição [livro eletrônico] :  
epistemologias em construção (caderno de resumos).  
-- 1. ed. -- Santa Maria, RS : Ed. dos Autores, 2025.  
PDF

Vários colaboradores.  
ISBN 978-65-01-74301-1

1. Brasil - História 2. Comunidades tradicionais  
3. Epistemologia social 4. Pedagogia I. Título.

25-308476.0

CDD-981

### Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## COMISSÃO ORGANIZADORA E CIENTÍFICA

Prof. Aislan Soares Viçosa (UFSM)

Profa. Ma. Alícia Quinhones Medeiros (UFSM)

Profa. Dra. Ângela Pereira Oliveira Balladares (Seduc-RS)

Bruno Dal Bosco Sena (UFSM)

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)

Daniel Bibiano Silveira (UFSM)

Prof. Me. Davi dos Santos (UFRGS)

Profa. Ma. Gabriela Rotilli dos Santos (Fiocruz)

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (FURG/UFPEL)

Profa. Ma. Priscila Goulart dos Santos (UFRGS)

Profa. Saionara Luciana Ribeiro Moreira (UFSM)

Prof. Silvio José de Mello Neto (UFSM)

Prof. Vinicius Costa Franco (UFRGS)

Prof. Me. Vinícius Mendes Reis Furini (UFRGS)

Profa. Vitória Miron Husein (UFSM)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## REALIZAÇÃO



Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História - seção Rio Grande do Sul (GTEP-ANPUH-RS)

## APOIO

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH/UFSM)

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFSM)

Cursos de História da Universidade Federal de Santa Maria (Licenciatura e Bacharelado)

Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul

Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA/UFSM)

Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)

Grupo Atlânticas - Laboratório de Estudos sobre o Pós-Abolição (UFRGS)

Grupo de Estudos sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA/Unipampa)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>ESTRUTURA DO EVENTO</b>	<b>6</b>
<b>PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO</b>	<b>14</b>
<b>SIMPÓSIOS TEMÁTICOS</b>	<b>16</b>
Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas	16
Movimentos sociais no pós-abolição	16
Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura I	16
Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História	16
Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição II	16
Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas	16
<b>QUADRO DE APRESENTAÇÕES</b>	<b>17</b>
Simpósio Temático III - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura I	19
Simpósio Temático IV - Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História	20
Simpósio Temático VI - Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas	22
<b>RESUMOS</b>	<b>23</b>
<b>SIMPÓSIO TEMÁTICO I - Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas</b>	<b>23</b>
<b>RESUMOS DO SIMPÓSIO TEMÁTICO II -</b>	<b>32</b>
<b>Movimentos sociais no pós-abolição</b>	<b>32</b>
<b>RESUMOS</b>	<b>42</b>
<b>SIMPÓSIO TEMÁTICO III - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura I</b>	<b>42</b>
<b>RESUMOS</b>	<b>50</b>
<b>SIMPÓSIO TEMÁTICO IV - Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História</b>	<b>50</b>
<b>RESUMOS</b>	<b>66</b>
<b>SIMPÓSIO TEMÁTICO VI - Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas</b>	<b>66</b>

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## APRESENTAÇÃO

O II Encontro Estadual do GT Emancipações e Pós-Abolição – ANPUH-RS, com o tema “Caminhos do pós-abolição: epistemologias em construção”, será realizado nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2025, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria/RS. O evento tem como propósito reunir pesquisadores/as, professores/as, estudantes e membros da comunidade interessados/as em debater questões centrais que compõem o campo de estudos sobre o pós-abolição, fortalecendo a circulação de saberes e a consolidação de redes de pesquisa comprometidas com a construção de epistemologias plurais e antirracistas. A programação contempla atividades acadêmicas ao longo dos três dias, fomentando o diálogo entre diferentes perspectivas e experiências. As sessões de Simpósios Temáticos (STs) constituem espaços privilegiados para a apresentação e discussão de pesquisas concluídas ou em andamento, organizadas a partir de cinco eixos de reflexão: 1. Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas; 2. Movimentos sociais no pós-abolição; 3. Trajetórias individuais e coletivas: trabalho, associativismo, educação e cultura no pós-emancipação; 4. Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História; 5. Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas. Além dos simpósios, a programação inclui mesas de debate, lançamento de livros, passeio histórico e minicurso, compondo um espaço de trocas entre diferentes gerações e instituições. A mesa de abertura homenageia os 11 anos de atuação do GTEP-RS, com o tema “*A consolidação do GTEP-RS: balanços e perspectivas do campo de estudos sobre o pós-abolição no RS*”, reunindo integrantes de coletivos formados a partir da trajetória do grupo: o Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEP/UFSC), o Grupo de Estudos sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESP/Unipampa) e o Atlânticas – Laboratório de Estudos sobre o Pós-Abolição (UFRGS). O evento conta com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFSC), do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH/UFSC), do GEP/UFSC, do Faculdade de Educação (FACED/UFRGS), do Atlânticas (UFRGS), do GEESP/Unipampa e do apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Este Caderno de Resumos reúne as produções que serão apresentadas no encontro, refletindo a potência, a diversidade e o compromisso social das pesquisas que compõem o campo do pós-abolição no Rio Grande do Sul. Esperamos que este material contribua para ampliar o diálogo entre pesquisadoras/es e fortalecer o compromisso coletivo com a (re)escrita das histórias negras no Brasil.

Coordenação do GTEP-ANPUH-RS  
Alicia Quinhones Medeiros e Vinícius Mendes Reis Furini

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## ESTRUTURA DO EVENTO

II Encontro Estadual do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria

# ESTRUTURA DO EVENTO

	<b>30/10 (quinta-feira)</b>	<b>31/10 (sexta-feira)</b>	<b>01/11 (sábado)</b>
<b>Manhã</b>	Credenciamento / Simpósios Temáticos	Simpósios Temáticos	Roda de conversa
<b>Tarde</b>	Simpósios Temáticos	Minicurso (14h-17h) Lançamento de livros (17h30)	Mesa de Debate (13h30-16h30) / Aula pública (17h)
<b>Noite</b>	Mesa de Debate (abertura)	Mesa de Debate/ Após - Confraternização	



# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## SIMPÓSIO TEMÁTICO

### Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas no pós- emancipação

Coordenação:



Prof.ª M.ª Beátriz Santos Pontes  
(PPGCS-UFSM/  
SMED-SM)



Prof. Dr. Max Roberto Ribeiro  
(REME-Manoel Viana/  
URCAMP)

 30/10 (quinta-feira)

 8h30-12h30

 Sala 4326, Prédio  
74C (CCSH/UFSM)

## SIMPÓSIO TEMÁTICO

### Movimentos sociais no pós-abolição

Coordenação:



Prof. Me. Davi dos  
Santos  
(PPGH/UFRGS)



Prof. Dr. Felipe  
Rodrigues Bohrer  
(EMEF-Pernambuco)

 30/10 (quinta-feira)

 8h30-12h30

 Sala 4328, Prédio  
74C (CCSH/UFSM)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## SIMPÓSIO TEMÁTICO

**Trajetórias individuais e coletivas em  
tempos de emancipação e pós-abolição:  
trabalho, associativismo, educação e  
cultura I**

Coordenação:



Profª Drª Aline Sónego  
(UFSM)



Prof. Dr. Paulo Staud Moreira  
(FURG/UFPEL)

 30/10 (quinta-feira)

 13h30-17h30

 Sala 2164, Prédio  
74A (CCSH/UFSM)

## SIMPÓSIO TEMÁTICO

**Pensamento de mulheres negras na  
(re)escrita da História**

Coordenação:



Profª Mª Alessandra  
dos Santos da Silva  
(Seduc-RS)



Profª Luana de Lima  
da Silva  
(PPGH-UFRGS)

 30/10 (quinta-feira)

 13h30-17h30

 Sala 2364, Prédio  
74A (CCSH/UFSM)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## MESA DE DEBATE

*A consolidação do GTEP-RS: balanços e perspectivas do campo do pós-abolição no Rio Grande do Sul*



**Profª Me. Alícia Quinhones**  
(GTEP/GEPA/PPGH/UFSM)



**Profª Bruna Escouto**  
(Pine/Atlânticas  
PPGH/UFRGS)



**Profª Vinícius Franco**  
(GEESPA/  
PPGH/UFRGS)



**Prof. Me. Guilherme Pedrosa**  
(GEPA/PPGH/UFRGS)



**Prof. Dr. Paulo Moreira**  
(UFPeI/FURG)



30/10 (quinta-feira)



19h



Auditório do prédio  
74C (CCSH/UFSM)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## SIMPÓSIO TEMÁTICO

### Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas

Coordenação:



Profª Mª Gabrielle  
de Souza Oliveira  
(EEB URI)



Profª Mª Priscila  
Goulart dos Santos  
(PPGH/UFRGS)



Prof. Dr. Marcello  
Felisberto Morais  
de Assunção  
(UFRGS)

 31/10 (sexta-feira)

 8h30-12h30

 Sala 4326, Prédio  
74C (CCSH/UFSM)

## SIMPÓSIO TEMÁTICO

### Trajórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura II

Coordenação:



Profª Drª Ângela Pereira  
Oliveira  
(Seduc-RS)



Prof. Me. Tiago Rosa  
da Silva  
(Seduc-RS/URCAMP)

 31/10 (sexta-feira)

 8h30-12h30

 Sala 4324, Prédio  
74C (CCSH/UFSM)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## MINICURSO

### *O pensamento de mulheres negras no pós-Abolição*

Coordenação:



**Prof.ª Dr.ª Fernanda  
Oliveira (UFRGS)**

 **31/10 (sexta-feira)**

 **14h-17h**

 **CCSH/UFSM**

## MESA DE DEBATE

### *A História que a História conta: Quilombos, Carnaval e Territorialidades no Pós-Abolição*



**Prof.ª Dr.ª Cláudia  
Daiane Molet (UFPel)**



**Prof.ª Dr.ª Fernanda  
Oliveira (UFRGS)**



**Prof.ª Dr.ª Maria do  
Carmo (SMED-POA)**

 **31/10 (sexta-feira)**

 **19h**

 **Auditório do prédio  
74C (CCSH/UFSM)**

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## RODA DE CONVERSA

*Criar, resistir, narrar: a experiência de produção do Curta "Negros Laços"*



Prof.ª Dr.ª Franciele  
Rocha de Oliveira  
(IFSC-Campus  
Garopaba)



Theodor Gonçalves  
Fonseca (Monifa  
Studio Criativo)

 01/11 (sábado)

 10h

 Auditório da Sedufsm  
(centro)

## MESA DE DEBATE

*As potencialidades e desafios entre o campo  
do pós-abolição e a educação básica*



Prof.ª Dr.ª Melina  
Perussatto (UFRGS)



Prof.ª M.ª Jacilene Aguiar  
(SMED-SM/UFSM)



Prof.ª Dr.ª Sarah Amaral  
(UFRGS)

 01/11 (sábado)

 13h30

 Auditório da Sedufsm  
(centro)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



II Encontro Estadual do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria

## PASSEIO HISTÓRICO

*Passeio guiado: memórias negras  
no Bairro do Rosário*



**Prof. M. Guilherme Pedroso**  
(PPGH/UFRGS)



**Prof.ª Dr.ª Franciele Oliveira**  
(IFSC-Campus Garopaba)



**01/11 (sábado)**



**17h**



**Ponto de encontro - em frente  
ao Museu Treze de Maio**

PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO			
Horário	DIA		
	Quinta-feira (30/10)	Sexta-feira (31/10)	Sábado (01/11)
Manhã (8h30-12h30)	<p><b>Simpósio Temático I</b> - Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas <b>Coordenação:</b> Prof. Dr. Max Roberto Ribeiro e Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Beatriz Santos Pontes</p> <p><b>Local:</b> Sala 4326, Prédio 74C, CCSH/UFSM</p> <p><b>ST II</b> - Movimentos sociais no pós-abolição <b>Coordenação:</b> Prof. Me. Davi dos Santos e Prof. Dr. Felipe Bohrer</p> <p><b>Local:</b> Sala 4328, Prédio 74C, CCSH/UFSM</p>	<p><b>ST V</b> - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura II <b>Coordenação:</b> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Oliveira e Prof. Me. Tiago Silva</p> <p><b>Local:</b> Sala 4324, Prédio 74C, CCSH/UFSM</p> <p><b>ST VI</b> - Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas <b>Coordenação:</b> Prof.<sup>a</sup> Ma. Priscila Goulart, Prof.<sup>a</sup> Ma. Gabrielle Souza e Prof. Dr. Marcello Felisberto Moraes de Assunção</p> <p><b>Local:</b> Sala 4326, Prédio 74C, CCSH/UFSM</p>	<p><b>Às 10h</b></p> <p><b>Roda de conversa</b> Criar, resistir, narrar: a experiência de produção do Curta “Negros Laços”</p> <p><b>Participantes:</b> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Franciele Oliveira e Theodor Gonçalves Fonseca</p> <p><b>Local:</b> Auditório da SEDUFSM (Rua André Marques, 665 - Centro)</p>
Tarde (14h-17h)	<p><b>ST III</b> - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura I <b>Coordenação:</b> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Sônego e Prof. Dr. Paulo Moreira</p> <p><b>Local:</b> Sala 2164, Prédio 74A</p> <p><b>ST IV</b> - Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História <b>Coordenação:</b> Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Alessandra dos Santos da Silva e Prof.<sup>a</sup> Luana Lima</p> <p><b>Local:</b> Sala 2364, Prédio 74A</p>	<p><b>Minicurso</b> “O pensamento de mulheres negras no pós-Abolição”</p> <p><b>Ministrante:</b> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Oliveira</p> <p><b>Local:</b> Sala 4324, Prédio 74C, CCSH/UFSM</p> <p><b>Lançamento de livros</b> Horário: 17h-19h <b>Local:</b> Hall do prédio 74C</p>	<p><b>Mesa de debate</b> “As potencialidades e desafios entre o campo do pós-abolição e a educação básica”</p> <p><b>Palestrantes:</b> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Melina Perussatto, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sarah Amaral e Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Jacilene Aguiar</p> <p><b>Local:</b> Auditório da SEDUFSM (Rua André Marques, 665 - Centro)</p>
Noite (19h-21h)	<p><b>Mesa de abertura</b> “A consolidação do GTEP-RS: balanços e perspectivas do</p>	<p><b>Mesa de debate</b> “A História que a História conta: Quilombos, Carnaval e</p>	<p><b>Às 17h</b></p> <p><b>Passeio</b> guiado pelas</p>

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



	<p>campo de estudos sobre o pós-abolição no RS”</p> <p><b>Participantes:</b> Prof.<sup>a</sup> Ma. Alícia Quinhones (GTEP/GEPA), Prof.<sup>a</sup> Bruna Escouto (Pine/Atlânticas), Prof. Me. Guilherme Pedroso (GEPA), Prof. Vinícius Costa (GEESPA), com mediação do Prof. Dr. Paulo Staud Moreira</p> <p><b>Local:</b> Auditório do prédio 74C, CCSH/UFSM</p>	<p>Territorialidades no Pós-Abolição”</p> <p><b>Palestrantes:</b> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Daiane Molet e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo, com mediação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Oliveira</p> <p><b>Local:</b> Auditório do prédio 74C, CCSH/UFSM</p>	<p>ruas do bairro do Rosário, território berço de diversas associações negras no pós-Abolição</p> <p><b>Mediação:</b> Prof. Me. Guilherme Pedroso e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Franciele Oliveira</p> <p><b>Local de encontro:</b> em frente ao Museu Treze de Maio (Rua Silva Jardim, 1405 - Nossa Sra. do Rosário)</p>
--	--	--	---

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



SIMPÓSIOS TEMÁTICOS				
SIMPÓSIO	COORDENAÇÃO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas	Prof. Dr. Max Roberto Ribeiro e Prof.ª Ma. Beatriz Santos Pontes	30/10 (quinta-feira)	8h30-12h30 (manhã)	Sala 4326, Prédio 74C
Movimentos sociais no pós-abolição	Prof. Me. Davi dos Santos e Prof. Dr. Felipe Rodrigues Bohrer	30/10 (quinta-feira)	8h30-12h30 (manhã)	Sala 4328, Prédio 74C
Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura I	Prof.ª Dr.ª Aline Sônego e Prof. Dr. Paulo Staud Moreira	30/10 (quinta-feira)	13h30-17h30 (tarde)	Sala 2164, Prédio 74A
Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História	Prof.ª Ma. Alessandra dos Santos da Silva e Prof.ª Luana Lima	30/10 (quinta-feira)	13h30-17h30 (tarde)	Sala 2364, Prédio 74A
Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição II	Prof.ª Dr.ª Ângela Oliveira e Prof. Me. Tiago Rosa da Silva	31/10 (sexta-feira)	8h30-12h30 (manhã)	Sala 4324, Prédio 74C
Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas	Prof.ª Ma. Priscila Goulart, Prof.ª Ma. Gabrielle de Souza Oliveira e Prof. Dr. Marcello Felisberto Moraes de Assunção	31/10 (sexta-feira)	8h30-12h30 (manhã)	Sala 4326, Prédio 74C

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Simpósio Temático I - Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas

**Coordenação:** Prof. Dr. Max Roberto Ribeiro e Prof.<sup>a</sup> Ma. Beatriz Santos Pontes

**Dia e horário:** quinta-feira (30/10), manhã (9h-12h)

**Local:** Sala 4326, Prédio 74C, CESH/UFSM

QUADRO DE APRESENTAÇÕES	
Título do trabalho	Autoria
Ritmos Cruzados: Giba Giba e a Ciranda Musical Teuto-Riograndense de Taquara	Andrea Helena Petry Rahmeier e Eduardo da Silva Weber (FACCAT)
Relações Étnico-Raciais na Escola: Vivências nos espaços de Leitura de livros infantis com o Protagonismo Negro	Emilly Dos Santos e Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa (UFSM)
Interações com o cotidiano de pessoas de comunidades tradicionais: das práticas e narrativas nos contextos do Quilombo Paredão Baixo	Lúcia Jacinta da Silva Backes e Lucilene Guimarães Athaide (UERGS)
Trajetórias de indígenas, libertos e escravizados na fronteira sul do Brasil: família e acesso à terra em meados do século XIX	Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM)
Ancestralidade, memória e territorialidade na Comunidade Quilombola de Capão dos Lopes, RS	Maurício Lopes Lima (IFRS e UPF)
Cabo Rocha: o percurso histórico de um território negro de Porto Alegre	Patrick Mayer e Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa (UFSM)
O “padrinho” da Umbanda: Laudelino Manoel de Souza Gomes e sua trajetória enquanto líder afro-religioso no Pós-abolição	Pedro Junior Santos da Silva (UFRGS)
A Cidade que se queria branca: Segregação e Gentrificação em Porto Alegre (1930-1950)	Yuri de Oliveira Camejo (UFRGS)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Simpósio Temático II - Movimentos sociais no pós-abolição

**Coordenação:** Prof. Me. Davi dos Santos e Prof. Dr. Felipe Rodrigues Bohrer

**Dia e horário:** quinta-feira (30/10), manhã (9h-12h)

**Local:** Sala 4328, Prédio 74C, CCSH/UFSM

QUADRO DE APRESENTAÇÕES	
Título do trabalho	Autoria
O Malho e a Chibata: Charges da Revolta dos Marinheiros de 1910	Bruno Dal Bosco Sena (UFSM)
As lutas proletárias sob a ótica da imprensa negra: uma análise d' <i>O Exemplo</i> (Porto Alegre/RS, 1917)	Daniel Bibiano Silveira (UFSM)
Imprensa negra, movimentos sociais e protagonismos plurais: a participação de Arnaldo Dutra no jornal <i>O Exemplo</i> (Porto Alegre/Primeira República)	Felipe Rodrigues Bohrer (EMEF-Pernambuco)
O Acervo do Clube 24 de Agosto: estratégias de repositório digital e divulgação do patrimônio do povo negro da fronteira Brasil-Uruguaí	Kailany Gonçalves Foster e Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)
Os Panteras Negras e a vigilância do movimento negro brasileiro nos arquivos da ditadura empresarial-militar	Maria Eduarda Finger (UFSM)
Negros como protagonistas da abolição: a trajetória historiográfica de uma interpretação republicana	Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS)
A transição institucional do Império à República e o arranjo conservador: uma análise da elite política republicana frente ao fim da escravidão (1888–1891)	Luiz Henrique Maia (UFSM)
Natalícios, modinhas e poemas: sentidos da produção literária na Imprensa Negra <i>A Alvorada</i>	Vinicius Costa Franco (UFRGS)
Memória, Imprensa e Resistência: O I Congresso do Negro Brasileiro (1950) nas Disputas do Pós-Abolição	Wilian Machado de Oliveira (UFSM)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Simpósio Temático III - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura I

**Coordenação:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Sônego e Prof. Dr. Paulo Moreira

**Dia e horário:** quinta-feira (30/10), tarde (14h-17h)

**Local:** Sala 2164, Prédio 74A, CCSH/UFSM

QUADRO DE APRESENTAÇÕES	
Título do trabalho	Autoria
Entre tutela e trabalho: infância, exploração e disputas sociais em Alegrete e Uruguaiana no pós-Abolição (1871-1894)	Camila Devitte Fontes
Clubes Negros em Taquara/RS: sociabilidade e reconhecimento patrimonial	Eduarda Farias da Silva (FACCAT)
Experiências Negras no Existir Coletivamente: Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (1915-1965)	Elaine Smaniotto (Instituto Histórico de São Leopoldo)
Racismo, trabalho e pobreza no interior do Brasil: uma análise a partir de Alegrete/RS no pós-abolição (1888-1930)	Guilherme Vargas Pedroso (UFRGS)
Racialização e violência no pós-abolição em Santa Maria: uma pequena trajetória familiar	Henrique Mareth Trombetta (UFRGS)
Entre famílias, nomes e fotografias: um levantamento das fichas de sócios do Clube 24 de Agosto (1980-2000)	Lorrane dos Santos Medeiros, Caiuá Cardoso Al-Alam e Kailany Gonçalves Foster (Unipampa)
“De cor preta ou parda”: configurações da identidade racial negra nas primeiras décadas do século XX a partir do jornal <i>O Exemplo</i> , RS	João Vítor Barbosa de Brito (UFRGS)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Simpósio Temático IV - Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História

**Coordenação:** Prof.<sup>a</sup> Ma. Alessandra dos Santos da Silva e Prof.<sup>a</sup> Luana Lima;

**Dia e horário:** quinta-feira (30/10), tarde (14h-17h);

**Local:** Sala 2364, Prédio 74A, CCSH/UFSM

QUADRO DE APRESENTAÇÕES	
Título do trabalho	Autoria
Trajetórias no campo da educação no pós-Abolição (Santa Maria/RS, 1888-1930)	Alicia Quinhones Medeiros (UFSM)
Senhoras e Senhoritas Exemplares no Pós-Abolição: trajetórias das mulheres presentes nas colunas sociais do jornal <i>O Exemplo</i> (Porto Alegre, 1920-1929)	Bruna Gabriela Santos Escouto (UFRGS)
Pós-abolição, saúde e gênero em Santa Maria/RS (1900-1929)	Gabriela Rotilli dos Santos (Fiocruz)
O pensamento-ação de Claudete Barbosa Pereira sobre a existência de mulheres negras na região das minas de carvão do Rio Grande do Sul (1930 - tempo presente)	Luana de Lima da Silva (UFRGS)
Narrativas de cor, raça, racismo e racialização do pós-abolição de Lages-SC	Matheus Eduardo Borsa (UFRGS)
Sociedade Floresta Aurora: a demarcação do associativismo e a valorização do ativismo feminino negro com ações educadoras através do Centro Progressista de Moças Florestinas no início do Século XX	Nereidy Rosa Alves (UFRGS) e Giane Vargas Escobar (UNIPAMPA)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Simpósio Temático V - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura II

**Coordenação:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Oliveira e Prof. Me. Tiago Rosa da Silva

**Dia e horário:** sexta-feira (31/10), manhã (9h-12h)

**Local:** Sala 4324, Prédio 74C, CCSH/UFSM

QUADRO DE APRESENTAÇÕES	
Título do trabalho	Autoria
Os Irmãos e Irmãs do Rosário em Jaguarão: um estudo do perfil dos integrantes da Irmandade a partir do livro de entrada associativa (1860-1895)	Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)
“Em poder da preta liberta Virgínia Maria da Conceição”: a agência de mulheres na produção da liberdade em Arroio Grande – RS	Isadora Teixeira da Cunha (UFPEL)
De Tereza Maria de Jesus às histórias de luta e conquista da liberdade em Pelotas, Rio Grande do Sul, entre 1850 e 1888	Marina Ribeiro Cardoso (UFPEL)
Joaquim de Santana Sodré: as diásporas afro-baianas e a Devoção do Senhor do Bomfim de Porto Alegre	Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL / FURG)
Entre Eufrásias, Ritas e Marias: experiências de liberdade e maternidade na fronteira oeste da Província de São Pedro (1850-1872)	Rafaela May Amaral (UFPEL)
Morena, Parda ou Negra? A construção documental da cor de uma trabalhadora na Cooperativa de Consumo da Viação Férrea do RS (1942)	Saionara Luciana Ribeiro Moreira (UFSM)
Pós-abolição e sociabilidade negra: Diógenes Baptista e seus caminhos	Vitor da Silva Costa (PUCRS)
“Negros, porém... delicados”: imprensa e racialização no carnaval santa-mariense"	Vitória Miron Husein (UFSM)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Simpósio Temático VI - Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas**

**Coordenação:** Prof.<sup>a</sup> Ma. Priscila Goulart, Prof.<sup>a</sup> Ma. Gabrielle de Souza Oliveira e Prof. Dr. Marcello Felisberto Moraes de Assunção;

**Dia e horário:** sexta-feira (31/10), manhã (9h-12h);

**Local:** Sala 4326, Prédio 74C, CCSH/UFSM

<b>QUADRO DE APRESENTAÇÕES</b>	
<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoria</b>
Escrita-ensino amefricana da história: considerações teóricas e relatos de experiências na Educação Básica	Gabrielle de Souza Oliveira (EEB-URI)
O acervo fotográfico do Clube 24 de Agosto: salvaguarda e História Pública do povo negro da fronteira Brasil-Uruguai	João Pedro Vieira de Carvalho (Unipampa)
O ensino de História e o pós-abolição no curso de Serviço Social: reflexões sobre a formação antirracista a partir da disciplina Serviço Social: Questões Introdutórias	Lorenzo Batista de Souza Ribeiro (UFSM) e Carin Otília Kafer Lisbôa
Epistemologias em construção: Práticas formativas antirracistas na Terapia Ocupacional	Natália Ávila Borges Figueiredo e Emily dos Santos (UFSM)
Oficina Territórios Negros em Jaguarão: História Pública e pedagogia antirracista	Natalia Kreiss da Silva Costa e Caiuá Cardoso Al Alam (Unipampa)
Das correntes a invisibilidade: a luta pelo direito de existir no pós-abolição	Rejane de Oliveira Gomes (SMED)
A Abolição Incompleta e a Educação Antirracista como Ato Político	Vanessa Gonçalves Dias, Pedro Júnior dos Santos da Silva e Mariá Passos de Souza (Escola Comunitária Aldeia Lumiar)

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## RESUMOS

**SIMPÓSIO TEMÁTICO I - Comunidades tradicionais: territorialidades, quilombos e povos indígenas**

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Ritmos Cruzados: Giba Giba e a Ciranda Musical Teuto-Riograndense de Taquara

Andrea Helena Petry Rahmeier (FACCAT)  
[andrearahmeier@faccat.br](mailto:andrearahmeier@faccat.br)

Eduardo da Silva Weber (FACCAT)  
[andrearahmeier@faccat.br](mailto:andrearahmeier@faccat.br)

Gilberto Amaro do Nascimento (1940-2014), conhecido como Giba Giba, foi um cantor, compositor, instrumentista, ator e ativista da cultura negra gaúcha, nascido em Pelotas (RS), na região sul do Estado. O artista, em seus 73 anos de vida, participou de diversos eventos com seu instrumento de percussão, o sopapo, de origem africana. Um deles foi a Ciranda Musical Teuto-Riograndense de Taquara (RS), município localizado na região da Encosta da Serra. O curso de História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) mantém toda a documentação desse evento e também produziu algumas entrevistas com os participantes, que estão no Acervo de História Regional da instituição. Das treze edições da “Ciranda”, realizadas entre 1972 e 2002 (onze oficiais e duas especiais), Giba Giba esteve presente em seis e foi premiado em três. Suas participações foram marcadas pela introdução de ritmos, letras e instrumentos que destacavam a memória dos afrodescendentes escravizados — um contraponto em um festival em que as culturas gaúcha e de origem alemã foram preponderantes. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a participação deste artista afro-gaúcho, na Ciranda Musical Teuto-Riograndense, durante as edições de 1978, 1980, 1982, 1983, 1986 e 1988, para discutir questões de representatividade e identidade, tanto do compositor quanto do evento. Os fundamentos teóricos são as concepções de História Cultural e Representação de Roger Chartier (1990), as definições de História e Memória de Le Goff (1990), as relações entre Memória e Identidade de Pollak (1992), além dos estudos desenvolvidos pelos historiadores Paulo Moreira e Elaine Smaniotta, entre outros pesquisadores.

**Palavras-chave:** Giba Giba; Ciranda; Música.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Relações Étnico-Raciais na Escola: Vivências nos espaços de Leitura de livros infantis com o Protagonismo Negro**

Emilly Dos Santos (UFSM)  
[santos.emilly@acad.ufsm.br](mailto:santos.emilly@acad.ufsm.br)

Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa (UFSM)

Este resumo apresenta a atuação vivenciada no projeto de extensão “Diálogo sobre as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil: espaços de leitura de livros infantis com personagens negros(as)”, que teve como objetivo promover espaços de leitura de livros infantis com personagens negros(as) para crianças da Educação Infantil, em escolas públicas municipais da cidade de Santa Maria/RS e propor momentos de diálogos com os professores sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar. Fundamentado em autores como Gomes (2005), Munanga (2005) e Lima (2005), o projeto parte da compreensão de que a literatura infantil, além de estimular a imaginação, transmite valores e visões de mundo, podendo atuar como uma ferramenta de construção identitária e enfrentamento ao racismo estrutural. As ações buscaram a implementação da Lei 10.639/03 de forma efetiva nas escolas municipais de Santa Maria/RS, promovendo espaços de leitura planejados para serem acolhedores e visualmente representativos, com tapetes, almofadas, bonecos(as) negros(as) e obras literárias que valorizavam o protagonismo negro, como *Os Problemas de Júnior*, *O colecionador de palavras*, *Lulu Adora a Biblioteca* e *A Pretinha de Neve e os Sete Gigantes*. As atividades consistiam na contação de histórias e em diálogos mediados com as crianças, incentivando a expressão de percepções e experiências relacionadas às narrativas apresentadas. Observou-se que a identificação das crianças negras com os protagonistas fortaleceu a autoestima e senso de pertencimento, ao passo que todas as outras crianças ampliaram sua compreensão sobre diversidade cultural e sobre as relações étnico-raciais. O projeto também revelou a escassez de representações positivas do povo negro no ambiente escolar, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas intencionais que valorizem a história e a cultura afro-brasileira. Conclui-se que iniciativas dessa natureza contribuem para a descolonização do ensino, a construção de narrativas históricas plurais e a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas desde a Educação Infantil, possibilitando que as crianças negras se reconheçam e sejam representadas positivamente no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Literatura; Racismo.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Interações com o cotidiano de pessoas de comunidades tradicionais: das práticas e narrativas nos contextos do Quilombo Paredão Baixo**

Lúcia Jacinta da Silva Backes (UERGS)  
[lucijacintabackes@gmail.com](mailto:lucijacintabackes@gmail.com)

Lucilene Guimarães Athaide (UERGS)  
[lucileneguimaraes@hotmail.com](mailto:lucileneguimaraes@hotmail.com)

A pesquisa se dá a partir da junção das investigações de um mestrado e de um doutorado, feitas pelas duas pesquisadoras no Quilombo Paredão Baixo, Taquara/RS. As temáticas nessas pesquisas se propuseram a escutar as narrativas de mulheres quilombolas sobre seu cotidiano, suas trajetórias e histórias perpassadas pelas experiências individual e coletiva vividas dentro do território quilombola. A pesquisa de caráter etnográfico (Magnani, 2009; Velho, 2011), em andamento, objetiva dar sequência à escuta de narrativas, aliando encontros com moradoras e moradores da comunidade, na perspectiva de estabelecer diálogos em torno de temas e demandas que possam contribuir para o fortalecimento do espaço quilombola frente a diferentes fatores sociais, culturais, históricos, econômicos e educacionais. Destaca-se a importância deste fortalecimento uma vez que o grupo-étnico, apesar de constituir um laço de pertencimento com a terra (Nascimento, 2021), ainda não possui a titulação definitiva, que garantiria a preservação do espaço. Como possibilidade de realização, os encontros de observação participante (Velho, 2011) serão constituídos a partir de atividades propostas em grupo que compõem manifestações culturais que contemplem a cultura africana e afro-brasileira, através da articulação de diferentes linguagens artísticas, como a música, as artes visuais e a literatura. Nesse sentido, a investigação se ancora em estudos da etnografia, das teorias comunicacionais, da história oral, das artes e suas imbricações como forma de valorizar saberes e ampliar conhecimentos (Kraemer, 2000). Tem como base a relação que vai se estabelecendo com o cotidiano das pessoas que vivem no Quilombo Paredão Baixo, sua rotina, interações entre elas, seus tempos e compreensões sobre práticas que acontecem neste espaço, a respeito de proposições diversas apresentadas por quem vem de fora. Como iniciativa e continuidade às duas pesquisas realizadas neste contexto quilombola, está o projeto “Tecer a arte musical, transformar vidas”, que propõe práticas musicais e artístico-visuais (Bona, 2012), destinado a crianças na faixa etária entre cinco e dez anos, em que há, também, a participação de mães. São atividades de educação musical desenvolvidas a partir do *musibrincar* – um jeito de aprender elementos da música por meio do brincar. Além de cantar, tocar instrumentos de percussão, expressar o corpo, desenhar símbolos musicais e imagens que a música pode remeter, as crianças são inseridas na leitura e escrita da linguagem musical. Longe de esgotar o debate sobre essa temática, o referido trabalho aprofunda as reflexões sobre o contexto em que vivem os quilombolas no Brasil (Leite, 2008) e, mais do que isso, compreende esses espaços a partir de suas potencialidades.

**Palavras-chave:** Linguagens artístico-culturais; Quilombo Paredão Baixo; Narrativas.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Trajetórias de indígenas, libertos e escravizados na fronteira sul do Brasil: família e acesso à terra em meados do século XIX

Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM)  
[luis.farinatti@ufsm.br](mailto:luis.farinatti@ufsm.br)

Nesta comunicação pretendemos refletir sobre a presença de escravizados de origem africana e de indígenas na fronteira sul do Brasil, região importante da pecuária escravista no século XIX. O trabalho parte de um caso que vem sendo estudado há bastante tempo, com resultados parciais já publicados, mas onde elementos novos têm se somado à pesquisa e às conclusões. Trata-se do estudo de famílias subalternas na fronteira meridional do Brasil, com atenção para as famílias formadas por indígenas e afro-descendentes. Neste caso, o foco principal recai sobre o caso da família formada pela mulher indígena Maria Francisca Xará e seu esposo, o africano liberto Francisco Mina, em Alegrete, Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX. Do ponto de vista macro-analítico, é o encontro de populações indígenas das Américas com populações africanas vítimas do tráfico atlântico de pessoas no contexto da expansão do capitalismo para dentro do território sul-americano no Oitocentos. Variando a escala para uma análise micro, o caso permite nos interrogarmos sobre a precariedade da liberdade em um contexto escravista, as possibilidades de acesso a recursos materiais e imateriais, bem como sobre o encontro de diferentes populações que sofreram dominação e resistiram em um contexto de expropriação do território indígena e instalação de uma sociedade de exploração escravista. O caso em análise permite estudar as possibilidades e as características do acesso à terra e à produção própria para essas populações, bem como as relações de reciprocidade horizontal e vertical em que estavam envolvidas. Também investigo o componente racial na estruturação de uma hierarquia de dominação protagonizada por luso-brasileiros. Utilizo o cruzamento de documentos diversos como inventários post mortem; registros de batismo, casamento e óbito e cartas de alforria. Para tanto, mobilizo uma metodologia compósita que combina técnicas seriais com reconstrução micro-analítica de trajetórias e relações sociais.

**Palavras-chave:** Família; Libertos; Indígenas.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Ancestralidade, memória e territorialidade na Comunidade Quilombola de Capão dos Lopes, RS**

Maurício Lopes Lima (IFRS/UPF)  
[mauricio.lima@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:mauricio.lima@ibiruba.ifrs.edu.br)

Esta comunicação apresenta, em linha gerais, os resultados de uma tese que investiga o processo de constituição histórica da comunidade remanescente de quilombos Capão dos Lopes, localizada no município de Fortaleza dos Valos (RS). Eu, o pesquisador, também sou oriundo dessa comunidade, algo problematizado de forma central na pesquisa. Meu objetivo é demonstrar o contexto de surgimento e o percurso histórico do Capão dos Lopes, recorrendo à história e à memória, bem como compreender a conjuntura contemporânea de afirmação quilombola por seus remanescentes. Assim, investigo essa comunidade contextualizada com a história regional do Planalto sul-rio-grandense, particularmente a formação de Cruz Alta (RS), município de onde se originou, a partir de dois ângulos: um teórico, no qual discuto os mecanismos que influem para que memórias negras sejam socialmente e historicamente obliteradas, dificultando o direito à compreensão de nossas ancestralidades e genealogias negras; outro, empírico, em que investigo seu contexto de surgimento, seu percurso histórico e a conjuntura contemporânea que ensejou a afirmação quilombola. Metodologicamente, recorro à autoetnografia para lidar com o meu envolvimento afetivo com o tema e à micro-história, no que se refere à investigação e heurística, movendo-me em escala reduzida de análise, o que possibilitou acessar fontes materiais e imateriais para compreender a trajetória desse grupo de pessoas. No âmbito teórico, recorro à abordagem decolonial, ou contra-colonial, entendendo que, a despeito da recente afirmação quilombola desse grupo, houve, ao longo de sua história, um processo de soterramento dessas memórias negras ancestrais, que, contudo, não foram eliminadas e permaneceram latentes. Portanto, contar essa história por uma perspectiva autóctone tem um valor intrínseco. Os resultados obtidos foram o desvelamento de uma história ligada à gênese da ocupação regional, no primeiro quarto do século XIX; uma origem da comunidade dos Lopes vinculada à escravidão, no contexto da sua desagregação, na década de 1870; uma trajetória familiar, no pós-abolição, marcada pelo acesso e pela luta com vistas à manutenção da terra; e, no período contemporâneo, um agenciamento quilombola no contexto afirmativo do Decreto Lei Federal 4.887/03.

**Palavras-chave:** Pós-abolição; quilombo; território.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Cabo Rocha: o percurso histórico de um território negro de Porto Alegre

Patrick Mayer (UFSM)  
[patrickmayer7@gmail.com](mailto:patrickmayer7@gmail.com)

Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa (UFSM)

O presente trabalho assume como objetivo apresentar o histórico de um território negro da cidade de Porto Alegre, ainda pouco abordado pela historiografia, conhecido popularmente como Cabo Rocha. A formação desse território remonta ao início do século XX, período em que o território passou a ser representado, tanto pelas mídias locais quanto pelo senso comum, como um espaço associado à boemia, à criminalidade e à prostituição, local de moradia e circulação de sujeitos majoritariamente pobres e negros. Com o avanço da urbanização e em decorrência de sucessivos processos de remoção que promoveram a fragmentação comunitária, na atualidade, a Cabo Rocha encontra-se restrita a uma pequena área de moradia irregular, situada em pleno centro urbano, no bairro Azenha. Trata-se de um território cercado por uma densa malha urbana, no qual ainda residem e resistem dezenas de famílias de classes populares, predominantemente negras. A análise das representações construídas sobre a Cabo Rocha — nas mídias, nos registros estatais e na opinião pública — evidencia uma narrativa marcada por estigmas e preconceitos. No entanto, torna-se possível reinterpretar tais representações, ressignificando-as a partir de uma perspectiva que reconhece a Cabo Rocha como espaço de sociabilidade, memória e cultura popular negra. No campo historiográfico, observa-se que comunidades como a Ilhota, o Areal da Baronesa e a Colônia Africana têm recebido maior atenção, sendo contempladas em pesquisas já consolidadas. A Cabo Rocha, embora mencionada em estudos que discutem o chamado “arco negro” que se formou no entorno do centro histórico da capital, permanece carente de investigações mais aprofundadas. Diante disso, este estudo busca reunir fragmentos da trajetória histórica da Cabo Rocha por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em fontes primárias e secundárias, com o intuito de evidenciar a relevância cultural assumida por essa comunidade no contexto de Porto Alegre. Pretende-se, assim, contribuir para a valorização da memória coletiva, para o reconhecimento da Cabo Rocha como território negro fundamental da cidade e para a ressignificação de sua história. Importa destacar que este trabalho integra pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da professora Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa.

**Palavras-chave:** Territórios Negro; Cidade; Memória.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## O “padrinho” da Umbanda: Laudelino Manoel de Souza Gomes e sua trajetória enquanto líder afro-religioso no Pós-abolição

Pedro Junior Santos da Silva (UFRGS)  
[pedrojuniorsantos@outlook.com](mailto:pedrojuniorsantos@outlook.com)

A presente comunicação se baseia na pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso da Licenciatura em História na UFRGS e na pesquisa em andamento do Mestrado Acadêmico em História no PPPGH na mesma universidade. Pretende abordar parte da trajetória de Laudelino Manoel de Souza Gomes, dirigente do Abrigo Espírita Francisco de Assis, considerada uma das primeiras casas de umbanda da cidade de Porto Alegre. O “padrinho” como era chamado por seus médiuns, também era fundador da Congregação dos Franciscanos de Umbanda em São Luís, Maranhão. Através do aporte da fabulação crítica de Saidiya Hartman, pretendo constatar por meio de análise de fontes e bibliografia, a importância de sua trajetória no pós-abolição que ocorre a partir de uma forte atuação social na comunidade, contribuindo para ajudar os moradores e frequentadores de seu terreiro. Além de líder religioso, Laudelino dava aulas de reforço e ajudava as pessoas em condições socioeconômicas desfavoráveis. 2º tenente rádio-telegrafista da Marinha, tinha posição de prestígio na comunidade e contrariava os estereótipos acerca de um homem negro no período do pós-abolição. Em 1942, a Delegacia Especial de Costumes realizou uma batida policial no endereço do Abrigo enquanto os consulentes aguardavam para serem atendidos pelas entidades. Laudelino, os médiuns e os consulentes são intimados a depor. Ele é processado nos artigos 282 e 284 do Código Penal de 1940, sob acusação de exercício ilegal da medicina e curandeirismo. Vai a julgamento e é condenado. Pretende-se aqui também discutir as eficácias e ineficácias das estratégias dos umbandistas para se proteger da perseguição estatal, já que o terreiro de Laudelino era da vertente “linha branca”, caracterizada pela desafricanização dos ritos e por práticas mais assemelhadas ao espiritismo kardecista. Essa vertente organizou o Primeiro Congresso de Umbanda, em 1941, na cidade do Rio de Janeiro. No evento, pautaram o distanciamento da religião para com as práticas de origem africanas, como as bantu e iorubá, mantendo forte relação sincrética com o kardecismo e o catolicismo popular. O Abrigo de Laudelino tinha diversos elementos católicos e fazia questão de informar que pertencia a essa vertente de umbanda. No entanto, isso não foi o suficiente para que permanecessem preservados da perseguição policial, necessitando comparecer à delegacia para prestar contas de seus trabalhos e métodos de atendimento espiritual. Assim, mesmo que essa vertente estivesse alinhada com o projeto ideológico da ditadura do Estado Novo, não escapava da perseguição estatal. Mesmo sendo militar, dispondo de acessos e contatos, Laudelino foi preso, processado e julgado, tornando-se mais uma vítima do racismo religioso da era varguista presente nos arquivos de repressão.

**Palavras-chave:** Umbanda; Pós-abolição; Religiões afro-brasileiras.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **A Cidade que se queria branca: Segregação e Gentrificação em Porto Alegre (1930-1950)**

Yuri de Oliveira Camejo (UFRGS)  
[yuri.o.camejo@gmail.com](mailto:yuri.o.camejo@gmail.com)

O Plano Diretor é o mecanismo jurídico que orienta o ordenamento urbano da cidade em seus mais diversos aspectos, como mobilidade, saneamento e moradia. Em Porto Alegre, no entanto, esses temas se convertem em problemas não resolvidos, que se acirram cada vez mais na produção neoliberal da cidade, gerenciada pela prefeitura nas últimas décadas. O sucateamento dos serviços públicos, conseqüentemente, transforma a cidade em uma mesa de negócios. A revisão do Plano Diretor, iniciada em 2019, coloca as demandas de uma burguesia local na agenda do dia, enquanto populações negras e periféricas, historicamente afetadas por processos de remoção e gentrificação, continuam sendo empurradas para as áreas mais distantes e desprovidas de infraestrutura, enquanto as áreas centrais gozam de uma infraestrutura cada vez mais excludente para estas mesmas populações. Apesar de se apresentar, por meio do discurso, como uma política urbana “orientada pelo foco nas pessoas e no espaço público, com vistas à inclusão social, à diversidade e à prosperidade, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis e assegurando a resiliência urbana e climática” (PORTO ALEGRE, 2025), a política urbana da capital gaúcha mantém uma tradição secular de segregação socioespacial. Diante do exposto, uma análise criteriosa dos planos urbanísticos da capital é necessária para compreender os motivos pelos quais o pós-abolição se estende ao tempo presente, sendo esse mecanismo expressão de como raça e racismo estruturam o cotidiano das instituições e das relações de poder. Nesse sentido, a proposta busca apresentar resultados da análise dos planos de 1914, 1939 e 1959, em diálogo com outras fontes, como acervos iconográficos, cartográficos que deem materialidade a expansão urbana e aos territórios negros. Serão mobilizadas ainda fontes documentais do Acervo de Cultura do Arquivo Municipal Moysés Vellinho, onde é possível encontrar registros e relatos da presença negra na área central da cidade, evidenciando uma oposição às narrativas oficiais usadas para legitimar os processos de expulsão motivados pelos planos. Para evocar a arbitrariedade dos meios oficiais utilizarei dos debates legislativos presentes nos Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, disponíveis no Memorial da Câmara, e registros da grande imprensa, utilizando de periódicos como *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Ao colocar em perspectiva esses planos, busca-se evidenciar como o poder municipal utilizou o planejamento urbano como ferramenta de reconfiguração espacial e de expulsão de comunidades negras, legitimando práticas de higienização e reforçando desigualdades estruturais.

**Palavras-chave:** Segregação; Racismo Territorial; Plano Diretor.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **RESUMOS DO SIMPÓSIO TEMÁTICO II - Movimentos sociais no pós-abolição**

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## O Malho e a Chibata: Charges da Revolta dos Marinheiros de 1910

Bruno Dal Bosco Sena (UFSM)

[bdbosena@gmail.com](mailto:bdbosena@gmail.com)

Os paradigmas estabelecidos pela Nova História Cultural buscaram ampliar as possibilidades de análise e produção historiográfica, integrando conceitos expandidos de cultura e buscando a interdisciplinaridade tão cara às ciências humanas. A partir deles, as práticas discursivas e representações passaram a ser um rico objeto de estudo em diversas fontes. Este trabalho pretende, então, analisar nas charges produzidas por diversos ilustradores como Loureiro, Leônidas e Yantok e veiculadas em diversas seções do jornal *O Malho* - acessadas através do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira-, como foi representado os marinheiros que lutaram pela sua dignidade na Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, em 1910. O golpe que levou à instalação da República, em 1889, ano seguinte à lei que tornou livre o maior contingente de escravizados da América do Sul, foi marcado, também, por um processo de valorização e consolidação das Forças Armadas. Os fluxos de migração dos recém libertos, as políticas higienistas e a repressão sistêmica à população negra criaram, nos grandes centros urbanos, bolsões de pobreza onde, por vezes, o ingresso nos quartéis e escolas das Forças Armadas eram uma das poucas possibilidades de conquistar a sobrevivência e o acesso à cidadania. O ano de 1910 marcou a data na qual alguns destes sujeitos engajados na Marinha de Guerra, revoltaram-se contra as condições de trabalho e práticas escravistas ainda presentes no Código Interno da Marinha, como os castigos físicos e escalas abusivas de trabalho, clamando “Pelo fim da escravidão na Marinha de Guerra brasileira”. Assim, uma carta ao presidente da república, datada de 22 de novembro de 1910, foi enviada do encouraçado São Paulo, navio recém importado da Inglaterra e um dos três navios sob posse dos marinheiros amotinados na Baía de Guanabara, dando início ao movimento que ficou conhecido como “A Revolta da Chibata”. O jornal *O Malho*, dirigido pelos interesses políticos de seus donos e fundadores, reforça a ideia de que a produção de discursos e representações constroem e são construídas pela sociedade. Boa parte dos cidadãos do Rio de Janeiro à época, letrados ou não, souberam deste importante acontecimento pelas redes discursivas estabelecidas pelas empresas responsáveis por produzir, editar e distribuir os jornais, ficando refém dos seus vieses e preconceitos. Deste modo, analisar as charges, comuns no contexto jornalístico da época, é fundamental para entender como este movimento foi representado na mídia, de maneira definitivamente racista e pejorativa, mas com matizes e intenções, e culmina numa maior compreensão da luta pela liberdade e dignidade dos marinheiros revoltosos de 1910.

**Palavras-chave:** Revolta da Chibata; Pós-Abolição; Charge.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## As lutas proletárias sob a ótica da imprensa negra: uma análise d'*O Exemplo* (Porto Alegre/RS, 1917)

Daniel Bibiano Silveira (UFSM)  
[daniel.bibiano@acad.ufsm.br](mailto:daniel.bibiano@acad.ufsm.br)

O presente trabalho apresenta apontamentos iniciais de pesquisa, esta que busca analisar as greves de 1917, em Porto Alegre/RS, momento de efervescência do movimento operário organizado pelo País e na capital sul-rio-grandense, através da perspectiva do jornal da imprensa negra, *O Exemplo*. Tendo como objetivos, compreender o engajamento d'*O Exemplo* com as greves, através de seus posicionamentos e notícias, buscando aproximar-se das motivações para estes posicionamentos. No intuito de demonstrar que a população negra porto-alegrense não estava alheia aos processos históricos que ocorriam na cidade naquele momento, muito pelo contrário, fizeram parte destes processos. Para a construção da análise, utilizou-se o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, onde encontra-se grande parte do acervo do jornal digitalizado, na qual através de sua ferramenta de busca procurou-se pelas entradas da palavra “greve”, sendo encontradas dezesseis ocorrências no ano de 1917. Nesse sentido, a análise entra em diálogo com a historiografia do tema, buscando ampliar os debates já iniciados. Dessa forma, como apontamentos iniciais, verificou-se que o discurso central do jornal era de defesa das lutas proletárias que ocorreram ao longo do ano de 1917, onde destacava-se quão justas eram suas reivindicações. A partir disso, percebeu-se que neste período, o jornal dedicava-se não apenas à abordagem de temáticas exclusivamente atrelados à situação da população negra da cidade, mas também do proletariado no geral, na qual faziam parte. Ademais, percebeu-se dois elementos a serem aprofundados no tom dado pelos(as) redatores(as): primeiro, defendiam sempre o caráter pacífico dos movimentos paredistas; e, segundo, um discurso que endossava as decisões e posicionamentos do presidente do estado, Borges de Medeiros. Com isso, a presente pesquisa busca compreender as ligações entre esses posicionamentos do jornal com o contexto do pós-Abolição no Rio Grande do Sul. Por fim, defende-se o uso da imprensa negra para pensar questões atreladas à história social do trabalho, na qual por vezes olhou mais para jornais “de operários”, indo de encontro com a discussão de Álvaro Nascimento, de um “paradigma da ausência” nesta historiografia em relação aos trabalhadores(as) negros(as), na qual deve ser rompido.

**Palavras-chave:** *O Exemplo*; greves de 1917; imprensa negra.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Imprensa negra, movimentos sociais e protagonismos plurais: a participação de Arnaldo Dutra no jornal *O Exemplo* (Porto Alegre/Primeira República)**

Felipe Rodrigues Bohrer (EMEF-Pernambuco)  
[feliperbohrer@yahoo.com.br](mailto:feliperbohrer@yahoo.com.br)

Esta comunicação analisa o jornal *O Exemplo*, de Porto Alegre, compreendendo-o como um espaço de ação coletiva e um importante veículo de movimento social negro no contexto das primeiras décadas do período republicano no Rio Grande do Sul. A investigação percorre diferentes dimensões do periódico, buscando situá-lo no cenário mais amplo da imprensa negra no Brasil. Contrastando com paradigmas interpretativos consolidados, que frequentemente enfatizavam a efemeridade e um suposto absenteísmo político, *O Exemplo* destaca-se por sua notável longevidade (1892-1930) e por um perfil editorial que manteve um diálogo constante e abrangente com a sociedade. O jornal constitui-se como um marco de longa duração na luta da comunidade negra de Porto Alegre, resultado de um grande esforço coletivo. Tendo como fio condutor o combate ao preconceito e a defesa dos interesses da comunidade negra, as páginas do jornal expressam diferentes interpretações e estratégias de atuação em torno das pautas políticas. Escrito a diversas mãos, seu quadro de integrantes foi constantemente renovado, com mais de duas dezenas de lideranças ocupando cargos diretivos e inúmeros colaboradores publicando em suas páginas. Essa grande quantidade de colaboradores, com distintos perfis e percursos, foi fundamental para a heterogeneidade do jornal. Para melhor compreender essa pluralidade, a comunicação volta-se para a participação de Arnaldo Dutra, um colaborador que atuou em diferentes fases do jornal. Sua trajetória no periódico, que incluiu três períodos de atuação entre 1908 e 1929, ilustra a dinamicidade e as diferentes formas de engajamento possíveis no projeto coletivo. A produção textual de Dutra, pautada pela defesa da instrução, por um patriotismo peculiar e por uma visão específica sobre as relações entre raça e classe, oferece, portanto, uma perspectiva singular em relação às pautas do combate ao preconceito racial, conquista de direitos de cidadania e fortalecimento de identidades sociais positivas. A participação de Arnaldo Dutra permite vislumbrar uma parte do projeto coletivo d'*O Exemplo*, ao mesmo tempo em que a trajetória plural do jornal ajuda a contextualizar e a dar sentido à sua atuação individual. Esta comunicação integra parte das discussões da pesquisa de doutorado que analisou a trajetória de Arnaldo Dutra.

**Palavras-chave:** Imprensa Negra; Pós-Abolição; Movimentos Sociais; Jornal *O Exemplo*; Arnaldo Dutra.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## O Acervo do Clube 24 de Agosto: estratégias de repositório digital e divulgação do patrimônio do povo negro da fronteira Brasil-Uruguai

Kailany Gonçalves Foster (Unipampa)  
[kailanyfoster.aluno@unipampa.edu.br](mailto:kailanyfoster.aluno@unipampa.edu.br)

Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)  
[caiualam@unipampa.edu.br](mailto:caiualam@unipampa.edu.br)

O Grupo de Estudos Sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA), vinculado ao curso de História do Campus Jaguarão da Unipampa, em conjunto com o Clube 24 de Agosto, vem ao longo dos anos desenvolvendo um trabalho de salvaguarda do acervo do mesmo. Em 2007, a atual sede do Clube foi submetida a um leilão, mas graças a luta da comunidade, esta ação foi revertida na justiça. Logo, em 2012, o Clube 24 recebeu o título de Patrimônio Cultural do estado, demarcando sua significância como um espaço de memória e identidade para a comunidade negra do estado e da fronteira. A partir da luta da entidade centenária que é o Clube 24, e tendo em vista sua patrimonialização, notou-se a necessidade da criação de um espaço para preservar a sua história e do povo negro da cidade e da fronteira. A partir disso foi criado um acervo, que conta com materiais como fotografias, objetos históricos e documentos em geral, documentação essa, salvaguardada pela diretoria do Clube em conjunto com os voluntários e bolsistas do curso de História. Com o decorrer do tempo, viu-se também a necessidade de digitalizar o acervo e catalogá-lo. Essas informações foram dispostas em um drive, mas ainda assim não estavam disponíveis online. Uma das grandes preocupações do Sr. Madruga, ex-presidente do Clube e Mestre Griô, é justamente disponibilizar e acessibilizar esse acervo para a comunidade e pesquisadores. A partir disso, já se ponderava a ideia da construção de um site, onde seria disponibilizado informações sobre o Clube e o acervo. Por conseguinte, recebemos a visita do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, na Semana da Consciência Negra de 2024. Nessa visita, as pesquisadoras nos apresentaram a ferramenta *Tainacan*. Com base nisso começamos a construção do site do acervo do Clube, onde a proposta é disponibilizar o acervo fotográfico e de atas do Clube, além de disponibilizar acervos da Escola de Samba Estrela D'alva e do Clube Suburbanos. O site foi construído a partir do *Wordpress* com os *plugins Elementor* e *Tainacan*, sendo o último um *plugin* específico de repositório, que é próprio para digitalização de acervos. O *Tainacan* é uma ferramenta sugerida pelo Instituto Brasileiro de Museus, e que nasce do poder público com o objetivo de universalizar acervos, sendo uma ferramenta que almeja conectar as comunidades (locais, nacionais ou internacionais) com esses acervos. Para se ter uma ideia, já são mais de 650 fotografias catalogadas, digitalizadas e inseridas na plataforma. A construção de um site para o acervo do Clube 24 de Agosto é, portanto, uma política de preservação que atua como salvaguarda da memória e do patrimônio do povo negro da fronteira Brasil-Uruguai. Para além, é também uma ferramenta de proliferação e manejo da História Pública em parceria com a comunidade.

**Palavras-chave:** Salvaguarda de Memória; Repositório Digital; Divulgação de Patrimônio.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Os Panteras Negras e a vigilância do movimento negro brasileiro nos arquivos da ditadura empresarial-militar

Maria Eduarda Finger (UFSM)  
[mariaeduardafinger19@gmail.com](mailto:mariaeduardafinger19@gmail.com)

O Brasil do século XX, viu consolidar uma ditadura de caráter empresarial e militar na década de 1960. Estabelecida através de um golpe de estado, articulado pelos militares e empresários, a ditadura, em seu discurso, seguia a lógica norte-americana de contenção do comunismo. Esse período sombrio da história do Brasil, foi configurado por perseguições, torturas e desaparecimentos. Com o Ato Institucional nº 5, de 1968, tudo isso foi agravado, a perseguição política foi amplamente intensificada. Durante o todo o período de vigência do regime autoritário e ilegítimo, movimentos sociais sofreram intensa repressão. A Lei de Segurança Nacional, em conjunto com os Atos Institucionais, instituiu um conjunto de normas que criminalizavam a contestação da ordem político-social e a oposição à ditadura. Essas leis definiam de forma ampla atos que pudessem ser considerados como ameaça à segurança nacional, permitindo enquadrar manifestações políticas, sociais ou culturais como crimes. Nesse sentido, o movimento negro do período representava uma afronta a ideologia racial do regime, que estava em consonância com a ideia da existência de uma “democracia racial”. Dessa forma, o movimento antirracista era considerado subversivo, uma vez que, segundo a historiografia pertinente ao tema, sua denúncia do racismo presente na sociedade brasileira questionava a narrativa oficial de um Estado democrático e harmonioso. A nível internacional, a organização revolucionária do Partido dos Panteras Negras, nos EUA, era a principal organização de esquerda do movimento negro, conhecida por sua atuação na luta pelos direitos civis, sendo considerada subversiva por governos conservadores. Nesse sentido, é pertinente entender de que maneira a ditadura empresarial-militar brasileira articulava, em sua visão, a relação entre o movimento negro nacional e os Panteras Negras, percebidos como um grupo subversivo internacional, e de que forma essa percepção influenciou a vigilância e repressão estatal ao movimento negro no país. Para compreender como a ditadura articulava o movimento negro nacional à influência internacional dos Panteras Negras, será realizada pesquisa no fundo do Serviço Nacional de Informações, órgão responsável pela investigação de práticas consideradas subversivas, disponível no SIAN. Serão utilizadas palavras-chave relacionadas aos Panteras Negras para localizar documentos que indiquem a percepção do governo sobre a atuação e possíveis conexões do movimento negro brasileiro com grupos internacionais considerados de caráter subversivo. O estudo pretende revelar como a ditadura articulava racismo, anticomunismo e vigilância política, bem como, contribuir para os debates sobre repressão estatal e a circulação de ideias do movimento negro internacional no Brasil.

**Palavras-chave:** Ditadura Empresarial-Militar; Movimento Negro; Panteras Negras.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Negros como protagonistas da abolição: a trajetória historiográfica de uma interpretação republicana**

Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS)  
[marcuviniuiu@gmail.com](mailto:marcuviniuiu@gmail.com)

Esta apresentação tem por tema central a trajetória historiográfica da interpretação segundo a qual os negros foram responsáveis pelos processos que resultaram na lei de 13 de maio de 1888. Em diálogo com diferentes campos de estudos, busco demonstrar que desde o século XIX, houve uma disputa constante pela definição dos sujeitos responsáveis pelo fim da escravidão no Brasil. Entre os agentes envolvidos nessa competição constam a monarquia, simbolizada pela princesa Isabel e seu título de “redentora” dos escravizados; as leis emancipacionistas e os parlamentares que as formularam; o movimento abolicionista e seus agentes; os republicanos que contestavam a disposição emancipacionista da monarquia; e, por fim, o “povo”, a “massa anônima das ruas”, as “classes populares” no interior das quais se reconheceu pela primeira vez, de forma incipiente, no início do século XX, o protagonismo dos negros. Uma incursão por fontes primárias e bibliográficas conduziu à constatação de que a negação do caráter “redentor” da princesa Isabel foi uma iniciativa republicana, identificável em uma parcela da imprensa negra. Tal interpretação circulou no interior das associações formadas pelas pessoas “de cor” durante a primeira metade do século XX; depois, mediante reformulações e ampliações para outros contextos, expressou-se nas análises marxistas de Clóvis Moura, a partir do final dos anos 1950; por fim, alcançou o movimento negro organizado a partir da década de 1970. Foi somente ao longo dos anos 1980 que, sob inspiração do marxismo inglês, sobretudo de E. P. Thompson, se consolidou o chamado paradigma “da agência”, que reconheceu os subalternos e suas experiências, incluindo os negros, enquanto agentes históricos. Contudo, refletindo sobre esse contexto, busco enfatizar que essa renovação historiográfica acadêmica ocorreu em uma conjuntura no qual os movimentos sociais negros já expressavam publicamente suas demandas por novas narrativas históricas e por reconhecimento de seu protagonismo.

**Palavras-chave:** Historiografia; Emancipações; protagonismo negro.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **A transição institucional do Império à República e o arranjo conservador: uma análise da elite política republicana frente ao fim da escravidão (1888–1891)**

Luiz Henrique Maia (UFSM)  
[luizmaia199@gmail.com](mailto:luizmaia199@gmail.com)

A presente pesquisa busca analisar como a elite política brasileira, durante a transição da monarquia para a Primeira República, respondeu institucionalmente ao fim da escravidão (1888–1891). O objetivo é compreender como se deu a passagem de uma forma de governo a outra e as políticas foram adotadas no período imediatamente posterior à abolição. Nesta análise, o foco recai sobre as políticas adotadas pelas elites políticas, no período imediatamente posterior à abolição. A transição do Império à República foi um dos episódios mais relevantes da história política do Brasil sob a ótica institucional. Marcada por tensões e rupturas, deixou efeitos na estrutura de poder e nas desigualdades sociais. Menos de um ano após a Lei Áurea, a monarquia foi desmantelada e instaurou-se a República, processo que implicou mudanças políticas profundas. Contudo, como observou Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965). Essa pesquisa serve auxiliar a compreender o funcionamento das elites políticas e de suas ações institucionais republicanas frente ao fim da escravidão. Dado o contexto, se compromete na análise histórico-institucional a partir de um estudo de elite. Dentro dessa perspectiva, ao analisar a transição institucional, em especial com sistemas diferentes, deve-se considerar o que foi exposto por Carvalho (Ibidem, 2023, p. 293), onde demonstra a escravatura como algo que prejudicava a política do império brasileiro. Justamente após um ano da assinatura da Lei Áurea, em 1889, o regime político mudou e, assim, o plano de fundo das decisões políticas também. Ao abranger o contexto histórico, Carvalho (2023) também aponta que “é fato aceito por estudiosos, por exemplo, que a adesão ao republicanismo aumentava substancialmente à época de medidas abolicionistas” (Carvalho, 2023, p. 322). O golpe da república teve o apoio não somente dos militares, mas também de grandes fazendeiros (Carvalho, 2023, p. 323). A fundação da República deveria significar a ascensão de novas elites. Porém, como demonstra Carvalho, a mudança resultou na transposição de grupos já existentes, configurando o que denomino “arranjo conservador”: a manutenção de antigas forças no poder, sob outra forma de regime. A diferença essencial foi a extinção da moderação exercida pela Coroa. Esse conceito é uma explicação de manutenções de políticas a fim de perpetuar certas elites no poder. Esse contexto inaugurou uma trajetória institucional distinta, que Pierson (2004) conceitua como *path dependence*: escolhas que, uma vez tomadas, criam altos custos de reversão e moldam o futuro. Analisar a postura da República nascente em relação aos libertos é essencial para compreender a persistência das estruturas de poder no Brasil.

**Palavras-chave:** Abolição; Estado; Elites.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Natalícios, modinhas e poemas: sentidos da produção literária na Imprensa Negra *A Alvorada***

Vinicius Costa Franco (UFRGS)  
[v.costafranco@gmail.com](mailto:v.costafranco@gmail.com)

Este trabalho para o II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição do Rio Grande do Sul pretende analisar os sentidos da escrita literária, em natalícios, modinhas e poemas articulados no jornal *A Alvorada*, em meados de sua primeira década de atividade. O jornal *A Alvorada* teve seu funcionamento entre 1907–1965, localizado na cidade de Pelotas, e tinha também circulação em outras cidades próximas. Era um jornal produzido por pessoas negras, tinha como público central, principalmente a quem se dirigia, a comunidade negra, e estava ligado a uma sociabilidade negra ativa na região, sendo enquadrado no que entendemos como Imprensa Negra (é de se destacar a sua duração, sendo um dos mais longevos das Américas). Carregava em seu subtítulo as suas características: “Periódico Literário, Noticioso e Crítico”, posição essa que tinha sentido e estava articulado a outros jornais da imprensa negra e também da chamada imprensa “complementar”, podemos compreender este objeto articulado a uma cultura do fazer jornal e a experiência de sujeitos negros/as em uma sociedade racialmente estruturada. Trazendo aspectos tanto de análise de estrutura textual quanto dos significados que adquire no contexto, busco perceber como as ferramentas da modernidade disponíveis, como o jornal e as suas possibilidades (principalmente a produção literária), foi resignificado para construir uma rede de intelectuais negros e uma identidade racial em meio a uma sociedade permeada no campo do discurso, e organizada no campo da estrutura social, por uma ideologia racista anti-negro. Assim será analisado um conjunto de natalícios, modinhas e poemas vinculados no jornal no ano de 1912, e partindo de características gerais, a imprensa e a literatura, ao particular, a abordagem e o estilo dos textos destes literários na imprensa negra, busco demonstrar como esses aspectos foram fundamentais na construção de uma rede de articulistas negros que tinham no jornal como um importante espaço de expressão e construção política de uma identidade racial negra positiva. E com isso, compreender como a literatura foi articulada em um jornal que tinha seu sentido político, e principalmente racial, divergente do discurso hegemônico.

**Palavras-chave:** Raça; Literatura; Imprensa Negra.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Memória, Imprensa e Resistência: O I Congresso do Negro Brasileiro (1950) nas Disputas do Pós-Abolição

Wilian Machado de Oliveira (UFSM)  
[wilian.machado@acad.ufsm.br](mailto:wilian.machado@acad.ufsm.br)

Este trabalho pretende analisar as representações do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950 no Rio de Janeiro, a partir de sua circulação na grande imprensa e na imprensa negra. O evento não se configurou como episódio isolado, mas como continuidade e atualização de experiências anteriores, como os Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1934) e Salvador (1937), que, embora pioneiros na legitimação acadêmica das tradições afro-brasileiras, ainda estavam marcados por leituras paternalistas e cientificistas. Em 1950, tais heranças conviviam com novas formas de politização da negritude, tornando o Congresso um marco nos debates intelectuais, políticos e culturais sobre a condição negra no Brasil republicano. A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender os congressos negros como espaços de memória e produção de conhecimento, que revelam estratégias de resistência e reinvenção da população negra diante das limitações impostas pelo racismo estrutural. Examinar as representações nos periódicos é fundamental para identificar não apenas os discursos dominantes, mas também as vozes silenciadas e as iniciativas de militância que tensionaram o imaginário racial e o projeto de nação. Os objetivos centrais são: analisar como o Congresso foi representado nos periódicos; compreender as disputas narrativas entre leituras cientificistas e perspectivas militantes; e evidenciar como tais eventos contribuíram para a construção de uma esfera pública negra e para a afirmação da negritude como categoria política no Brasil. Metodologicamente, a análise privilegia a imprensa como espaço de mediação pública, permitindo rastrear a circulação de ideias e os enquadramentos produzidos por diferentes grupos sociais. O aporte teórico se ancora nos estudos do pós-abolição, com destaque para Hebe Mattos, Keila Grinberg e Sidney Chalhoub, que discutem a persistência de estruturas herdadas da escravidão, e para Ana Flávia Magalhães Pinto e Petrônio Domingues, que ressaltam a importância da imprensa negra e da organização política. A análise se organiza em três eixos: a construção de uma esfera pública negra e os mecanismos de invisibilização; as disputas entre leituras cientificistas e discursos de politização da negritude; e, por fim, os congressos como espaços de elaboração de alternativas e afirmação da experiência negra como constitutiva da nação. Assim, o Congresso de 1950 é compreendido como lugar de memória, resistência e produção de conhecimento, revelando tanto os limites quanto as possibilidades das lutas coletivas no Brasil do pós-abolição.

**Palavras-chave:** Imprensa; Pós-abolição; Política.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## RESUMOS

**SIMPÓSIO TEMÁTICO III - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura I**

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Entre tutela e trabalho: infância, exploração e disputas sociais em Alegrete e Uruguaiana no pós-Abolição (1871-1894)

Camila Devitte Fontes  
[camiladfontes.8@gmail.com](mailto:camiladfontes.8@gmail.com)

Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no Programa de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e dedicada a investigar a tutela de crianças nas comarcas de Alegrete (1871-1875) e Uruguaiana (1875-1894), regiões de fronteira no Rio Grande do Sul. A partir da análise de 235 processos judiciais, a pesquisa busca compreender como esse dispositivo jurídico, formalmente justificado como medida de proteção, foi ressignificado nas dinâmicas sociais do imediato pós-Abolição, atuando como mecanismo de exploração do trabalho infantil e como arena de disputas entre classe dominante, famílias subalternas e o próprio Judiciário. A introdução articula o diálogo com a historiografia da escravidão e do pós-Abolição, problematizando a noção de “trabalho livre” e evidenciando permanências de coerção após 1888. Amparada no materialismo histórico-dialético e na categoria de subalternidade, a pesquisa defende que a “liberdade” foi atravessada por limites estruturais e que as tutelas representam uma chave para compreender tais contradições. O trabalho situa Uruguaiana como espaço de fronteira, marcado pela circulação de pessoas, conflitos e rearranjos sociais. A análise mostra como a mobilidade fronteiriça impactou diretamente os processos tutelares, revelando tensões em torno de nacionalidades, pertencimentos e legitimidades. Casos de crianças paraguaias e argentinas tuteladas, por exemplo, destacam como a fronteira ampliava as disputas por trabalho e por autoridade sobre a infância. Além disso, o trabalho demonstra que as crianças tuteladas exerciam diferentes funções, como atividades domésticas, corte de lenha e cuidados em propriedades rurais. A tutela, portanto, organizava formas de trabalho infantil análogas à escravidão, inseridas em uma multiplicidade de arranjos produtivos. A análise evidencia ainda que a questão central não estava apenas no “trabalho tutelado”, mas nas múltiplas formas pelas quais as crianças eram apropriadas, negociadas e enredadas em relações de dependência que garantiam a reprodução da força de trabalho. Por sua vez, as considerações finais reforçam que a tutela não foi um fenômeno estático, mas um espaço de disputas em que familiares, apesar das desigualdades, intervieram, resistiram e negociaram melhores condições para as crianças. Dessa forma, a tutela se consolidou como elemento ativo na reorganização das relações de trabalho e da infância subalterna no imediato pós-Abolição, dentro da expansão do capitalismo no Brasil. Assim, o estudo amplia a compreensão sobre a multiplicidade das formas de trabalho infantil no século XIX e reforça a importância de pensar o pós-Abolição como processo heterogêneo, marcado por coerção, resistência e pela persistência de práticas análogas à escravidão com a tutela.

**Palavras-chave:** tutela; trabalho; crianças.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Clubes Negros em Taquara/RS: sociabilidade e reconhecimento patrimonial

Eduarda Farias da Silva (FACCAT)  
[eduardafarias@sou.faccat.br](mailto:eduardafarias@sou.faccat.br)

Em uma cidade que privilegia a narrativa da colonização alemã, os locais de sociabilidade negra permanecem invisibilizados, contrastando com a valorização de patrimônios eurocêntricos e consolidando uma hierarquia étnica no espaço urbano. Em Taquara/RS, no período pós-abolição, identifica-se essa configuração de uma sociedade marcadamente racista e com práticas segregacionistas, agravada pela escassez de pesquisas sobre a experiência afro-brasileira na região. Este trabalho, desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, de Licenciatura em História, aborda a história dos clubes negros no município, buscando identificar aqueles presentes na área urbana de Taquara/RS. Objetiva ainda analisar o conceito de patrimônio imaterial e refletir sobre esses territórios negros como tal (Vieira, 2021). Os clubes negros, nesta pesquisa, são definidos como espaços associativos afro-brasileiros, criados voluntariamente para fins recreativos, culturais e beneficentes, em resposta à exclusão social, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (Domingues, 2023). Apesar de muitas vezes associados à sua conexão com a oficialidade, endossada pelo olhar público, o associativismo negro também perpassa ambientes não oficiais (Moreira, 2019), como os clubes aqui estudados. De acordo com Silva (2011), esses espaços funcionavam como locais de afirmação positiva da identidade negra, concebida não do ponto de vista genético, mas como uma identidade de base racial definida pelo viés social que constrói, mantém e reproduz privilégios. A pesquisa até aqui realizada demonstra a existência de três clubes negros: o Salão Figueira, a Sociedade 13 de Maio e o Salão Flor do Sul. Em um contexto de segregação racial, a presença negra em outros espaços de sociabilidade geralmente se limitava ao desempenho de funções laborais (Ramos e Araújo, 2020; Bardoni, 2012; Azevedo e Smaniotta, 2011). A partir da provável localização desses clubes, percebe-se que se situavam em zonas centrais, próximos a clubes frequentados pela população branca. Seu reconhecimento como patrimônio enfrenta resistências, sendo que conhecê-los e reconhecê-los é uma forma de superar o preconceito e valorizar o legado cultural afro-brasileiro (Escobar e Moraes, 2017).

**Palavras-chave:** associativismo; clubes negros; Taquara.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Experiências Negras no Existir Coletivamente: Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense (1915-1965)**

Elaine Smaniotto (Instituto Histórico de São Leopoldo)  
[elaismaniotto@gmail.com](mailto:elaismaniotto@gmail.com)

A presente comunicação é uma versão reduzida da tese de doutorado defendida em 18 de setembro de 2024 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e do livro, lançado em 30 de abril de 2025 na cidade de Rosário do Sul. A pesquisa investiga a fundação e a trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, construída por um grupo de trabalhadoras negras e trabalhadores negros na cidade de Rosário do Sul, região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, tendo como foco de análise o período de 1915, quando ocorreu a sua fundação, a 1965. O recorte temporal final desta pesquisa foi estabelecido para que se percebesse como se deu a sua constituição até 1965, ano que marcou a inauguração de uma nova sede para o clube e a partir do qual as suas atividades recreativas foram intensificadas. Verificou-se que, a partir de então, o espaço deste associativismo negro já não era mais apenas para os seus, mas também para outros segmentos sociais da cidade, o que demandaria outras análises que considerassem essa nova conjuntura. Esta investigação foi realizada a partir do aporte teórico-metodológico da História Social, com inspiração na micro-história e tendo como perspectiva o campo de observação do pós-Abolição. A análise está baseada na utilização de fontes reunidas a partir de visitas em arquivos históricos e museus, e também da documentação produzida pela própria Sociedade União Rosariense, como Atas e estatutos, por fotografias guardadas em acervos pessoais de membros do clube e seus/suas descendentes, bem como depoimentos de pessoas relacionadas ao associativismo negro de Rosário do Sul, além de documentação eletrônica. Este estudo evidencia a organização de uma associação de mulheres negras e homens negros com sede própria, localizada no centro da vila/cidade, na qual suas/seus protagonistas realizavam bailes, festivais culturais, saraus, confraternizações, atividades esportivas e assistenciais numa tentativa de efetivação da liberdade, da cidadania e afirmação de identidade em um contexto racializado. Dentro da perspectiva de reparação histórica, a tese que foi transformada em livro sobre a Sociedade União, contribui para uma historiografia que procura conferir visibilidade e historicidade a trajetórias individuais e coletivas de pessoas negras do passado - e do presente - rosariense, rio-grandense e brasileiro.

**Palavras-chave:** Pós-Abolição; Associativismo Negro; Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Racismo, trabalho e pobreza no interior do Brasil: uma análise a partir de Alegrete/RS no pós-abolição (1888-1930)**

Guilherme Vargas Pedroso (UFRGS)  
[guilhermepedroso@gmail.com](mailto:guilhermepedroso@gmail.com)

Esta pesquisa investiga as experiências de trabalhadores pobres no mercado de trabalho do interior do Brasil, tomando como recorte espacial o município de Alegrete (RS) e como temporalidade a Primeira República, período imediatamente posterior à abolição da escravidão. A proposta busca compreender de que modo os processos de racialização e as práticas de racismo estruturaram as possibilidades de sobrevivência, inserção e mobilidade desses sujeitos, majoritariamente negros e negras, em um contexto no qual a promessa de cidadania plena após 1888 revelou-se parcial e excludente. A produção historiográfica, por muito tempo, concentrou-se sobretudo nas grandes cidades, nos centros políticos e econômicos do país, relegando a uma posição marginal a investigação das experiências negras em localidades do interior. Essa perspectiva contribuiu para a invisibilização das trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras que, apesar de fundamentais para a dinâmica econômica e social das regiões interioranas, permaneceram fora da narrativa histórica tradicional. Nos últimos anos, porém, a renovação da história social do trabalho e das abordagens sobre o pós-abolição tem deslocado o olhar, permitindo compreender como o racismo estrutural atravessou também os espaços longe das capitais e marcou profundamente a vida das populações negras. Para tanto, as fontes mobilizadas provêm da Intendência Municipal e da Santa Casa de Caridade de Alegrete, instituições que registraram de forma sistemática a presença e a circulação da população trabalhadora. Os documentos da Intendência permitem observar a relação do poder público no que tange às contratações de trabalhadores para as obras públicas, revelando alguns critérios e práticas de seleção. Já os registros hospitalares da Santa Casa possibilitam identificar o perfil dos trabalhadores que passaram pela instituição, suas condições de saúde, acidentes de trabalho e vulnerabilidades sociais. A análise conjunta desses materiais permite problematizar a persistência de hierarquias raciais no pós-abolição, evidenciando que a liberdade conquistada não se traduziu em igualdade efetiva. Ao contrário, observa-se a manutenção de práticas discriminatórias que restringiram o acesso da população negra a melhores oportunidades de trabalho, relegando-a a ocupações precárias, de baixa remuneração e alta rotatividade. Dessa forma, a pesquisa contribui para a historiografia do pós-abolição ao enfatizar as formas pelas quais o racismo estruturou o mundo do trabalho no interior do país, deslocando o olhar das capitais para realidades locais e revelando a centralidade dos trabalhadores negros na história social da Primeira República.

**Palavras-chave:** racismo; mercado de trabalho; pós-abolição.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Racialização e violência no pós-abolição em Santa Maria: uma pequena trajetória familiar

Henrique Mareth Trombetta (UFRGS)  
[htrombetta8@gmail.com](mailto:htrombetta8@gmail.com)

Este trabalho é a análise de um processo-crime da comarca de Santa Maria do ano de 1922, aberto pela ocasião de um crime de cárcere privado. No fim do mês de julho de 1922, o então subdelegado Carlos Baptista Druck tomou conhecimento de que um indivíduo de nome Marcino Antonio do Rosario teria sido preso, atado, espancado e desaparecido. Os suspeitos de terem cometido o crime são todos membros de uma mesma família de agricultores: Agrico Maia, de 70 anos; Andréa Maia, de 59 anos; Elvira Maia, de 18 anos e João Maia, de 24 anos. Analisando o processo, é possível perceber relações entre a violência e a racialização. A família Maia valeu-se da violência como forma de punir Marcino, quem acreditavam ter falado em desabono da honra de Elvira, ao dizer que se relacionava com ela. Marcino tentou escapar antes da punição, mas foi perseguido, encontrado e levado amarrado à casa de Agrico, onde foi atado a uma árvore e surrado com galhos de coqueiro. A racialização se faz presente na medida em que uma testemunha relata ter visto Agrico levando “o negro Marcino” atado, bem como num documento policial que solicitava a apresentação do “preto de nome Marcino”. Ao final do processo, ainda ocorre que uma testemunha de defesa de Agrico o identifica como “um negro velho muito honesto e muito honrado”, mostrando que a família Maia era provavelmente uma família negra. Portanto, trata-se de um homem negro castigando fisicamente outro homem negro, com violência que lembra muito os tempos da escravidão. Por fim, o pequeno recorte de um ano da trajetória da família Maia que o processo permite vislumbrar traz à tona algumas nuances das estratégias de sobrevivência de uma família negra no pós-abolição. A família residia em duas casas próximas. Os membros da família declaram-se como agricultores, e Agrico também realizava trabalhos na propriedade de outras pessoas. Um fato curioso é que as mulheres da família, Andréa e Elvira, se declaram ora como agricultoras, ora como empregadas em serviços domésticos e em alguns depoimentos como ambos. Porém, no dia do julgamento do processo, declaram apenas serviços domésticos, talvez numa tentativa de performar os papéis de gênero esperados para as mulheres da sociedade daquela época. Ao longo do processo, a família declarou que as testemunhas passaram a ser suas inimigas, e se mudaram para outro distrito, que pode significar certa instabilidade na luta pelo sustento neste ambiente rural, considerado majoritariamente composto por trabalhadores brancos.

**Palavras-chave:** racialização; crime; violência.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Entre famílias, nomes e fotografias: um levantamento das fichas de sócios do Clube 24 de Agosto (1980-2000)

Lorrane dos Santos Medeiros (Unipampa)  
[lornamedeiros.aluno@unipampa.edu.br](mailto:lornamedeiros.aluno@unipampa.edu.br)

Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)  
[caiuualam@unipampa.edu.br](mailto:caiuualam@unipampa.edu.br)

Kailany Gonçalves Foster (Unipampa)  
[Kailanyfoster.aluno@hotmail.com](mailto:Kailanyfoster.aluno@hotmail.com)

O Clube 24 de Agosto localizado no município de Jaguarão/RS conta com um acervo representativo, que se divide entre fotografias, objetos, atas de reuniões, fichas de sócios, dentre outros documentos. O Grupo de Estudos Sobre Escravidão e Pós-Abolição, vinculado ao curso de História do Campus Jaguarão da Unipampa, trabalha na salvaguarda deste acervo e desenvolvendo pesquisas. A comunicação tem como objetivo apresentar resultados da sistematização dos dados das fichas de sócios, que datam do período de 1980 até o início dos anos 2000. A partir destes documentos, está sendo criado um banco de dados em sistema Excel, resultando em cerca de 2500 fichas de sócios já sistematizadas. Estes documentos nos evidenciam informações importantes para conhecermos melhor qual era o perfil social das pessoas que compunham esta comunidade. As fichas nos informam os nomes, as datas de ingresso no quadro de sócios, onde moravam, sua filiação, dia de nascimento, sexo, nacionalidade, estado civil, suas profissões, quem eram seus dependentes, familiares. Importante destacar, que as fichas acompanham fotografias, onde podemos também refletir sobre a cor destas pessoas, possibilitando também enxergar esta comunidade negra afirmada nas fotos 3x4. Este banco de dados permitirá mapear as redes entre as famílias, os territórios das moradias, os perfis dos associados, dentre outras questões. Com base nessas informações coletadas, pode-se notar que os associados, mesmo com trabalhos com pouca remuneração, se organizavam como podiam para poder participar como sócios do Clube. Além disso, foi possível identificar o aumento dos associados brancos a partir da década de 1980, um fenômeno social curioso se analisarmos o contexto da cidade na época, que ainda contava com a segregação racial — existindo clubes para pessoas brancas e clubes para pessoas negras. Isso se deu a partir de uma parceria do Clube 24 de Agosto com o Clube Caixeiral (sociedade que agregava a classe média baixa branca da cidade), reconhecido como o tempo da “integração”, mas também pela notoriedade que o Clube 24 havia ganho com os carnavais, desde a época do seu cordão carnavalesco, o União da Classe (fundado em 1924). A sistematização das informações dessas fichas ajudam na valorização do patrimônio histórico que é o Clube, preservando sua memória e resistência. A importância delas pode ser vista em diferentes dimensões, como o fortalecimento da luta contra o apagamento histórico, criando uma base de dados sólida, que demonstra a presença ativa e organizada dos clubes negros no Pós-Abolição. As fichas são mais do que documentos, são símbolos de resistência.

**Palavras-chave:** Clube 24 de Agosto; Protagonismos Negros; Fichas de Sócios.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## “De cor preta ou parda”: configurações da identidade racial negra nas primeiras décadas do século XX a partir do jornal *O Exemplo*, RS

João Vítor Barbosa de Brito (UFRGS)  
[joaovbdebrito@gmail.com](mailto:joaovbdebrito@gmail.com)

A presente proposta visa apresentar alguns resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito da bolsa de iniciação científica (PIBIC-CNPq) no Projeto Imprensa Negra Educadora - PINE/UFRGS. Essa pesquisa busca compreender, a partir da experiência da imprensa negra porto-alegrense e tomando o jornal *O Exemplo* como objeto de análise, como se caracterizava a identidade racial da população negra no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX a partir do enquadramento dos pardos enquanto parte constituinte deste grupo, juntamente das pessoas pretas. Dessa forma, foram analisadas diversas edições do jornal *O Exemplo*, publicadas aproximadamente entre cerca de 1900 e 1920, buscando visualizar como os editores, escritores e leitores definiam a identidade das pessoas “de cor” neste recorte espaço-temporal. A metodologia, pautada pelo campo da história social e do pós-abolição, caracteriza-se pela análise quantitativa, buscando visualizar a recorrência de termos como “pardo”, “mulato”, e outros que refiram-se à cor naquele período; e qualitativa, de modo a compreender como se dava a utilização desses termos dentro das publicações do jornal. Como aporte teórico, toma-se como base as definições do movimento negro brasileiro ao longo de sua trajetória e os estudos de Lélia González, Neusa Santos Souza, Melina Perussatto, Alessandra Devulsky e outras que se propõem a pensar a identidade e imprensa negra brasileira. A pesquisa surge diante das problematizações encontradas no entendimento do lugar do pardo dentro da configuração de identidade negra, que acabam resultando no afastamento desta parcela da população de sua negritude, fato demonstrado, por exemplo, com a pesquisa realizada pelo Datafolha, em 2024, que apontou que 60% dos pardos não se consideram negros no Brasil, e pela discussão que se tem travado sobre o conceito de “parditude” e de uma “identidade mestiça”. Com isso, este trabalho pretende mostrar, a partir da metodologia e dados descritos acima, que a aglutinação de pretos e pardos em uma mesma identidade racial vem sendo pautada pela comunidade negra, pelo menos, desde o início do século 20, apesar de seguir como objeto de debate e campo de disputa ainda na atualidade.

**Palavras-chave:** Identidade racial; Pardos; *O Exemplo*.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## RESUMOS

### SIMPÓSIO TEMÁTICO IV - Pensamento de mulheres negras na (re)escrita da História

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Trajetórias no campo da educação no pós-Abolição (Santa Maria/RS, 1888-1930)

Alicia Quinhones Medeiros (UFSM)  
[aliciaquinhones@gmail.com](mailto:aliciaquinhones@gmail.com)

Esta comunicação visa apresentar os resultados da pesquisa que investigou as trajetórias de crianças, jovens, homens e mulheres negros e negras, no campo educacional do município de Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O problema central de pesquisa consistiu na compreensão sobre como se deram essas participações, quais foram os tensionamentos, as lutas e formas de resistências, acionadas por estes sujeitos, ao nível local, quanto à sua presença, acesso e permanência em diferentes espaços educacionais. Teoricamente, partiu-se dos pressupostos da História Social da Educação e do campo de estudos sobre o pós-Abolição. Em termos de metodologia, utilizaram-se métodos empreendidos pela micro-história italiana, como a microanálise e o método onomástico. As principais fontes consultadas e analisadas foram os periódicos do período, registros civis e cartoriais (habilitação de casamento, nascimento e óbito), cartas de alforria, matrículas escolares, leis e atos legais, fotografias, entrevistas orais e bibliografia. Como conclusões, identificamos que os indivíduos negros e negras participaram de diversos espaços de educação no município, como na escola formal, em cursos noturnos, em iniciativas associativas, em orfanato e na imprensa negra. Além disso, disputaram sentidos sobre o acesso à educação, bem como promoveram iniciativas próprias de escolarização à sua comunidade, formando o próprio espaço educacional em Santa Maria. Relacionamos às trajetórias individuais e coletivas mapeadas, quando possível, com os espaços de sociabilidades, os mundos do trabalho e os arranjos familiares dos quais esses sujeitos faziam parte. A partir deste exercício de pesquisa e do aporte teórico da interseccionalidade, observamos como as vivências na educação eram atravessadas pelos marcadores sociais de raça, gênero, classe e faixa etária. Com isso, concluímos que, longe de serem meros coadjuvantes no cenário educacional, esses sujeitos atuaram ativamente na construção de práticas e instituições voltadas à escolarização da população negra, mesmo diante de inúmeras barreiras impostas pelas desigualdades raciais, sociais e de gênero. Ao articular fontes diversas e recorrer a uma abordagem de microanálise, foi possível reconstruir trajetórias singulares e coletivas que revelam a complexidade das experiências vividas por esses sujeitos e sua agência frente às exclusões estruturais do período pós-Abolição. Assim, a pesquisa tem contribuído para ampliar as compreensões sobre a história da educação no Brasil, ao iluminar dinâmicas locais e protagonismos, frequentemente invisibilizados pela historiografia tradicional.

**Palavras-chave:** História da educação; pós-abolição; Santa Maria/RS.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Senhoras e Senhoritas Exemplares no Pós-Abolição: trajetórias das mulheres presentes nas colunas sociais do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, 1920-1929)

Bruna Gabriela Santos Escouto (UFRGS)  
[brunagescouto@gmail.com](mailto:brunagescouto@gmail.com)

Ao realizar uma análise comparativa por amostragem entre dois jornais da Imprensa Negra do Rio Grande do Sul (especificamente, jornal *O Astro*, de Cachoeira, que circulou entre 1927 e 1928; e o jornal *O Exemplo*, de Porto Alegre, que circulou entre os anos 1892 e 1930, com algumas interrupções entre suas edições), foi possível identificar a presença de mulheres que, em diversos momentos, foram qualificadas com adjetivos positivos. Manifestou-se a curiosidade de saber quem foram essas mulheres, investindo-se em acessar suas trajetórias individuais e conhecer sua atuação profissional, social e familiar. No periódico *O Astro*, por exemplo, encontramos diversas manifestações cotidianas de mulheres, porém, não foram registrados seus nomes. Assim, justificamos, a escolha do semanário *O Exemplo* como fonte principal deste estudo, por conter o registro nominal de muitas mulheres em suas colunas sociais. Buscamos essas trajetórias através dos fragmentos que nos informam suas existências nas publicações de *O Exemplo*, no período de 1920 a 1929. Em sua última década de circulação, além de notícias internacionais, nacionais e regionais, o jornal também divulgava anúncios do comércio local e notícias de convívio social. A divulgação de notas religiosas, eventos sociais, e homenagens, para pessoas que atuavam como membros de associações ou eram funcionários públicos, colaboradores do jornal ou membros do grupo mantenedor, são publicações recorrentes nas edições, o que nos possibilita conhecer parte do cotidiano dessas pessoas, inclusive, das mulheres. Construimos um banco de dados que conta com o registro da ocorrência de mais de 5300 nomes, presentes nas 369 edições consultadas, disponíveis na Hemeroteca Digital do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Desse modo, selecionamos os nomes de maior recorrência nas páginas periódico, dentro do recorte temporal escolhido. E utilizando o método onomástico e cruzamento de fontes, buscamos contribuir com a historiografia sobre o pós-abolição no Rio Grande do Sul, a partir das trajetórias de mulheres negras e sua participação na luta pela cidadania das pessoas negras, sob a ótica interseccional de gênero, raça e classe, no intuito de historicizar “existências que não se resumem à resistência”, mobilizando histórias que não serão narradas apenas pela lente da resistência ao racismo (Oliveira, 2023, p. 290).

**Palavras-chave:** Imprensa Negra; Porto Alegre; Mulheres.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Pós-abolição, saúde e gênero em Santa Maria/RS (1900-1929)

Gabriela Rotilli dos Santos (Fiocruz)

[gabi.rotilli@gmail.com](mailto:gabi.rotilli@gmail.com)

O presente trabalho busca apresentar parte da pesquisa em desenvolvimento sobre saúde de mulheres no pós-Abolição, entre os anos de 1900 e 1929, na cidade de Santa Maria, região central do estado do Rio Grande do Sul. As considerações trazidas referem-se ao capítulo cuja principal documentação utilizada são processos-crimes em que mulheres figuram como réis e vítimas, refletindo as suas condições de vida e morte, ao mesmo tempo que mapeia elementos importantes nas conformações de redes de cuidado, da experiência do adoecimento, de desfechos e exposições a situações de violência. As análises partem da união entre o aporte teórico-metodológico da micro-história italiana, do método onomástico e da interseccionalidade enquanto teoria e prática social, de forma que as vivências acessadas demonstram-se fortemente delineadas pelo gênero, raça, classe, idade, moradia, trabalho, arranjos afetivos, familiares, de amizade e conflito. A cidade de Santa Maria caracteriza-se como importante entreposto comercial desde a instalação da malha ferroviária nas décadas finais do século XIX, período fortemente marcado pelo trânsito constante de mercadorias e pessoas, como homens e mulheres que vivenciaram o cativeiro em outros lugares do país e do estado e, dirigindo-se à Santa Maria, buscaram por diversos meios efetivar seus projetos de vida em liberdade. É no findar do Império brasileiro que um núcleo de imigração italiana é estabelecido nos arrabaldes da cidade, imigrantes estes que somaram-se a outros tantos advindos de diferentes partes da Europa, sujeitos a quem por muito tempo creditou-se o progresso e os louros do desenvolvimento santa-mariense, ignorando completamente as e os trabalhadores escravizados e os povos originários que compunham esse cenário de expansão e modernização urbana, com explícito caráter higienista. O recorte temporal escolhido se justifica em seu início (1900) por representar um marco importante no processo de interiorização da assistência à saúde em Santa Maria, e seu final (1929) por anteceder a década em que, a nível nacional, as primeiras políticas públicas de saúde materno-infantil são pensadas e implementadas. Apenas na década de 1980 o campo da saúde pública direcionada às mulheres passa a ser elaborado fora do binômio mãe-criança, o que coincide com a ampliação do conceito de saúde, refletido agora de forma integral, ou seja, que experiências como a do climatério, envelhecimento, violência doméstica, etc. tornaram-se parte das preocupações do Estado. Para finalizar, este trabalho busca se somar às discussões sobre os determinantes sociais em saúde através de uma perspectiva histórica, assim como estabelecer diálogos entre os campos do pós-Abolição, da História da Saúde, das Relações de Gênero e dos Mundos do Trabalho.

**Palavras-chave:** Gênero; pós-abolição; saúde.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## O pensamento-ação de Claudete Barbosa Pereira sobre a existência de mulheres negras na região das minas de carvão do Rio Grande do Sul (1930 - tempo presente)

Luana de Lima da Silva (UFRGS)  
[luana.ppghufrgs@gmail.com](mailto:luana.ppghufrgs@gmail.com)

O período compreendido entre os anos 1930 e 1940 na região das minas de carvão do estado do Rio Grande do Sul foi marcado pelo desenvolvimento da indústria de carvão, aparato que possibilitou a vinda de milhares de trabalhadores locais, nacionais e estrangeiros para o trabalho nas minas. Devido à preponderância do último grupo, estabeleceram-se na memória local ideias em torno do pioneirismo do trabalho europeu e aprisionamento da comunidade ao mito do “Eldorado negro”. Neste intervalo de tempo ocorreu uma série de mudanças relacionadas à infraestrutura básica na localidade, cujas empresas mineradoras montaram parte significativa das estruturas das vilas de Arroio dos Ratos e Butiá. Estas mudanças permitiram a construção de instituições relacionadas às áreas da saúde, religião, segurança, sociabilidade dentre outras. No entanto, os investimentos assistenciais nada tinham de benéficos: foram interpretados pela historiografia do trabalho, precursora nos estudos sobre a história da região, como um mecanismo de manutenção e atração da mão de obra assim como uma forma de legitimação da superexploração dos trabalhadores. Além disso, neste período se propagavam discussões que ainda hoje ressoam no imaginário social, como o mito da democracia racial, ideia de que as relações raciais no país seriam harmônicas e desprovidas de desigualdades. Por outro lado, esse imaginário de progresso e modernidade construído pelas autoridades locais e nacionais se contradiz com a própria experiência vivida na região, tendo em vista que espaços de sociabilidade eram organizados de acordo com a tonalidade de pele, classe e etnia das pessoas. Essa foi uma breve descrição do contexto; a despeito disso, importa observar aqui como Claudete Barbosa Pereira (1958), ativista e liderança social na cidade de Butiá, interpretou a experiência vivida pelos grupos negros, mais especificamente no que toca à existência das mulheres negras nesse período. Se o estado nacional relegou às mulheres negras o silêncio acerca de suas histórias nos arquivos do pós-abolição e a história oficial enclausurou-as no lugar social dos serviços domésticos, foi por meio do ativismo de recorte racial que a interlocutora construiu contranarrativas para pensarmos as experiências vividas. As evidências são encontradas em registros de memória produzidas com a interlocutora entre 2020 e 2023 e registros civis cartoriais das personagens acionadas, onde observou-se os limites e (des) encontros narrativos estabelecidos entre as tipologias. A análise das fontes se dá à luz das discussões sobre memória e o pensamento de mulheres negras em diálogo com estudos sobre comunidades quilombolas.

**Palavras-chave:** Pensamento de mulheres negras; escrita da História; minas de carvão do RS.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Narrativas de cor, raça, racismo e racialização do pós-abolição de Lages-SC

Matheus Eduardo Borsa (UFRGS)

[matheusborsa@gmail.com](mailto:matheusborsa@gmail.com)

Esta comunicação tem por objetivo trazer ao diálogo a pesquisa de doutorado em curso que pretende investigar as terminologias de cor e raça mobilizadas nas diferentes gerações de famílias negras em Lages no pós-abolição (1888 - presente) e a relação destas com percepções de visões dominantes de raça. Isto é, se racializar acompanha, também, as circunstâncias sócio-políticas de determinado tempo e território, atentar-se às denominações manejadas/utilizadas por famílias negras a partir dos discursos raciais correntes, traz elementos pertinentes para compreensão do funcionamento das relações raciais no Brasil. A memória e oralidade, apreendidas pela metodologia da História Oral, serão as fontes principais para análise pretendida. A ideia de investigar as variações das terminologias de cor em gerações de famílias negras de Lages desponta a partir de um *corpus* de entrevistas realizadas previamente para pesquisa de mestrado concluída, no qual foi possível identificar diferentes expressões associadas à raça a depender da idade dos entrevistados. Por exemplo, dois sujeitos de gerações diferentes pertencentes ao que se chama aqui de família A (nascida em 1933) e família B (nascido em 1949), referiam-se a pertença racial das pessoas com termos como: “negros da raça”, para designar uma pessoa com ascendência não miscigenada e “negros”, para quem aparenta algum grau de miscigenação na linhagem familiar. Enquanto o sujeito da família B manejava “pretos”, “negros” e “morenos”, no qual os significados para cada termo tem relação direta com o comportamento dos sujeitos. Portanto, em ambos casos é perceptível, à primeira vista, a existência de significações além da cor da tez no manejo de cada termo. A observação aguçou a curiosidade científica e fomentou a necessidade de investigar se o termo que denota cor está puramente restrito à tonalidade da pele, usando, para tal exercício, as fontes orais. O foco principal recai sobre as terminologias de cor “nativas” das pessoas negras a serem entrevistadas. Contudo, caminha junto a essas percepções raciais um discurso sobre raça e racialização que permeia as práticas do Estado - expressado nas terminologias utilizadas na designação da cor em certidões de nascimento, por exemplo. Por isso, cabe investigar como essas famílias negras se percebem e como essas percepções se acomodam ou resistem frente ao discurso “oficial” utilizado pelo Estado e pelo grupo racial branco, dominante nas relações sociais brasileiras. A pesquisa em andamento tem apresentado resultados parcialmente condizentes com o esperado, qual seja, as terminologias de cor mudam de acordo com as gerações. No entanto, mesmo que haja diferenças, a noção do que é ser “negro” entre as gerações parece manter-se a mesma: está associada ao fenótipo e não a questões genéticas.

**Palavras-chave:** Racismo; Racialização; Memória.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Sociedade Floresta Aurora: a demarcação do associativismo e a valorização do ativismo feminino negro com ações educadoras através do Centro Progressista de Moças Florestinas no início do Século XX**

Nereidy Rosa Alves (UFRGS)  
[nereidy66@gmail.com](mailto:nereidy66@gmail.com)

Giane Vargas Escobar (UNIPAMPA)

O associativismo negro ganha força em 1872 quando em Porto Alegre-RS é fundada oficialmente a *Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora*. A população negra da capital gaúcha já revelava organização prévia em outras agremiações com o objetivo de desenvolver ações em direção à emancipação e garantia de direitos ao povo preto. Este artigo analisa o associativismo e mostra o ativismo feminino negro através do *Centro Progressista de Moças Florestinas*. O grupo tem atuação paralela à direção e é formado exclusivamente por mulheres negras com papel fundamental de dar suporte às gestões nas áreas de entretenimento social, educação, cultura e esporte de todos os associados como forma de preparação e capacitação. Como figura representativa das atividades desenvolvidas pelo Centro Progressista de Moças Florestinas, o artigo traz *Orlandina Alves*, trabalhadora doméstica alfabetizada, pertencente a família de Florestinos que contribuiu com ações para alcance da real liberdade através do grupo e como Rainha do Carnaval em 1934 da Sociedade Floresta Aurora. A investigação transcorre pela base bibliográfica aliada à interpretação de matérias de jornal e atas, como fontes essenciais para obtenção de dados relativos às produções e atividades desempenhadas pelo grupo, trazendo a participação de outras integrantes. O estudo remete à existência de um ativismo real das mulheres negras que enfrentaram o atravessamento do machismo e sexismo. O trabalho por elas desenvolvido no início do século XX é de cunho essencial e muito contribuiu na construção da autoestima das mulheres negras participantes e de suas famílias, quando o cenário era de total exclusão. Conclui pela necessidade de difusão do conhecimento deste passado para ações futuras de construção histórica por grupos diversos e preservar as memórias da Sociedade Floresta Aurora enquanto espaço representativo da comunidade negra.

**Palavras-chave:** Sociedade Floresta Aurora; Centro Progressista de Moças Florestinas; ativismo feminino negro.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## RESUMOS

**SIMPÓSIO TEMÁTICO V - Trajetórias individuais e coletivas em tempos de  
emancipação e pós-abolição: trabalho, associativismo, educação e cultura II**

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Os Irmãos e Irmãs do Rosário em Jaguarão: um estudo do perfil dos integrantes da Irmandade a partir do livro de entrada associativa (1860-1895)

Caiuá Cardoso Al-Alam (Unipampa)  
[caiuaaalam@unipampa.edu.br](mailto:caiuaaalam@unipampa.edu.br)

Nos últimos 20 anos no Rio Grande do Sul, uma agenda de pesquisas vem se debruçando sobre a potencialidade das análises a respeito da participação das famílias negras nas irmandades religiosas, como as do Rosário e da Conceição, evidenciando, não apenas a devoção, mas o manejo que faziam destas estruturas para garantir melhores condições de vida e organização comunitária. Esta comunicação pretende explorar as informações obtidas através do Livro de Registro de Entrada de Irmãos e Irmãs na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Jaguarão. Esta região fronteiriça foi referencial como espaço tensionado pela interação das diferentes políticas de emancipação, que estavam em jogo no Brasil e no Uruguai no século XIX, e os manejos das populações negras em busca de liberdade. O livro trata dos registros dos anos de 1860 até 1895. Esta documentação está salvaguardada na Igreja Matriz da cidade, o que tornou possível construir este exercício de História Social. É possível acessar o perfil das pessoas que adentraram os quadros da Irmandade, como os nomes, estado civil, nacionalidade, idade, se livre ou escravizado, e também outras informações que podemos acessar na parte das observações, como os cargos assumidos nesta sociedade. Esta Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, foi fundada em 1860, e contou na sua fundação, com quase metade das pessoas em situação de escravidão. Foi um espaço importante de manejo do associativismo negro na fronteira do Brasil com o Uruguai, tendo em seus quadros as gerações familiares, que depois realizariam a construção de outras sociedades importantes, como a Sociedade Operária Jaguareense (1911) e o Clube 24 de Agosto (1918). Este trabalho é uma continuidade dos estudos realizados nos últimos anos na região que pretende pensar o associativismo negro na fronteira, desencadeando também a construção de trajetórias de lideranças negras. Ainda, com o cruzamento de outros perfis de documentação, como o Compromisso da Irmandade, atas e documentos financeiros, será possível apontar os manejos que a comunidade negra na Irmandade realizava para garantir sua devoção e associativismo. Neste sentido, pretendo evidenciar o protagonismos destas pessoas na construção desta Irmandade, na segunda metade do século XIX, em Jaguarão, dialogando com o campo do Pós-Abolição, acessando as agências que esta comunidade construiu a partir desta instituição, na perspectiva de viabilizar seus projetos de liberdade e de cidadania.

**Palavras-chave:** Irmandade Nossa Senhora do Rosário; Fronteira Brasil/Uruguai; Protagonismos Negros.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## “Em poder da preta liberta Virgínia Maria da Conceição”: a agência de mulheres na produção da liberdade em Arroio Grande – RS

Isadora Teixeira da Cunha (UFPel)  
[isadoraenh@gmail.com](mailto:isadoraenh@gmail.com)

Em 11 de abril de 1879, foram registradas duas cartas de liberdade no município de Arroio Grande - RS, ambas as cartas estavam em posse da preta liberta Virgínia Maria da Conceição, apontada como mãe, dos agora libertos, Policarpo e Albina. Além da menção à mãe, as cartas não apresentam mais nenhuma similaridade. A carta de Policarpo foi registrada como “sem cláusula ou condição alguma”, enquanto a de Albina foi comprada pelo valor de um conto de réis, entregue ao seu senhor por ela e sua mãe. Senhores e tipologias distintas, além de poucas informações a respeito de ambos nas cartas, nos fizeram buscar entender melhor essa articulação por meio do cruzamento de fontes. No Livro de Classificação do Fundo de Emancipação de Arroio Grande, datado de 1873, encontramos ambos arrolados, mas sem sinal de sua mãe, indicando que, se de Arroio Grande fosse, já era liberta antes da data da citada lista. Partindo das cartas de liberdade e de informações obtidas a partir do cruzamento com outras fontes, buscamos entender a malha de sociabilidade necessária para que essa mulher conseguisse articular sua liberdade e a liberdade de sua prole, assim como o peso duplo que recaía sobre essas mulheres. Embora a primeira carta que tivemos acesso se apresente como incondicional, concordamos com o exposto por Sidney Chalhoub (2011), e desta forma, entendemos até mesmo as cartas marcadas como incondicionais como sendo resultado de esforços bem-sucedidos em busca da conquista da liberdade. A carta estar em posse da mãe serviria como indicador da presença dela nas negociações pela liberdade do filho? Aqui, entendemos que sim. Virgínia aparece na outra carta como agente ativo na compra da liberdade da filha, entregando o valor junto a essa. Por isso, e nos valendo das pesquisas a respeito das experiências de mulheres como articuladoras da liberdade, sua e dos seus, passamos a investigar as redes que possibilitaram e culminaram nas alforrias citadas, assim como a presença das mulheres na produção da liberdade em Arroio Grande. O amparo e o afeto, lidos nas entrelinhas das cartas, também tornaram-se pontos de inquietação a respeito dos limites e desafios impostos ao exercício da maternidade de mulheres que, como Virgínia, foram atravessadas pela violência da escravidão na localidade. O presente trabalho é fruto das primeiras respostas, mas também das muitas inquietações que ainda produz.

**Palavras-chave:** Escravidão; Liberdade; Maternidade.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## De Tereza Maria de Jesus às histórias de luta e conquista da liberdade em Pelotas, Rio Grande do Sul, entre 1850 e 1888

Marina Ribeiro Cardoso (UFPeI)  
[marina.cardosoufpel@gmail.com](mailto:marina.cardosoufpel@gmail.com)

Durante a análise de uma base de dados composta por todas as cartas de alforria registradas em Pelotas, entre o período de 1850 a 1888, especificamente de mulheres, deparei-me com o documento de liberdade pertencente a Tereza Maria de Jesus. Dentre todas as 1.936 cartas conquistadas nesse período, a desta mulher chamou-me a atenção pelo processo enfrentado por ela para que a sua liberdade fosse mantida. Digo "mantida" por virtude de Tereza ter sido reescravizada na cidade de Jaguarão, fronteira com o Uruguai (seu país de origem). Como se sabe, o país vizinho ao Brasil aboliu a escravidão décadas antes, entre 1842 e 1846. Por viver neste território quando ambas as leis que versam sobre a emancipação dos escravizados e o fim do sistema foram promulgadas, Tereza era uma mulher legalmente livre. Diante disso, ela apropria-se das estratégias que estão ao seu alcance, aciona a Justiça e, com o auxílio de terceiros, obtém a sua carta de alforria. Assim como ela, outras tantas mulheres enfrentaram processos para que pudessem deixar a condição em que estavam para a de libertas, bem como auxiliar os seus a realizar essa transição. Ao desenvolver esta pesquisa, busquei, sobretudo, demonstrar as diferentes experiências de liberdade vivenciadas pelas escravizadas que se alforriaram em Pelotas nas últimas décadas da escravidão. Objetivei refletir sobre as interseccionalidades que as impactaram cotidianamente e implicaram em suas vivências, e sobre as mais diferentes estratégias de agenciamento que desempenhavam diante disso. Em minha perspectiva, os seus esforços levaram-nas a uma das mais importantes práticas de resistência perante o sistema escravista: a obtenção da carta de alforria. Neste trabalho, portanto, além de atentar-me para o espaço ocupado pelas mulheres no cenário da liberdade, no contexto pelotense, dediquei-me às tipologias dos documentos, como as cartas pagas, condicionais, pagas condicionais e gratuitas. A análise aprofundada deste aspecto específico da fonte demonstrou o impacto do movimento abolicionista e da década final da escravidão sobre as manumissões que, a partir de 1880, sofreram um aumento expressivo no que tange ao viés condicional. No entanto, também expõe que, desde 1850 até 1879, as mulheres conquistaram alforrias pagas e gratuitas de forma equilibrada, o que evidencia as estratégias de negociação que poderiam estar desempenhando com as famílias senhoriais. Além disso, averigui cada uma das especificidades por trás dessas tipologias, como as condições e valores estabelecidos, e menções à gratuidade por seus proprietários em suas cartas. Tais pontos mostraram-me não só uma demografia da liberdade, mas as atuações de mulheres por suas autonomias de vida diante de questões desiguais.

**Palavras-chave:** Escravidão; Liberdade; Mulheres.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Joaquim de Santana Sodré: as diásporas afro-baianas e a Devoção do Senhor do Bomfim de Porto Alegre**

Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL/FURG)  
[staudtmoreira315@gmail.com](mailto:staudtmoreira315@gmail.com)

A pesquisa versa sobre a devoção do Senhor do Bom Fim de Porto Alegre (RS), dando ênfase às trajetórias de seus fundadores. A história dessa devoção é pouco nítida, mesmo que a sua capela esteja instalada em um reconhecido território negro da capital do estado. Os devotos teriam começado a se reunir junto a uma imagem de Santo Cristo existente na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, sendo organizado um “Regulamento” em 15.07.1858, aprovado pela Igreja em 06.02.1872. Em 17.01.1864 foi lavrada a ata da fundação da devoção do Senhor do Bom Fim e em 16.11.1866 o Bispo Dom Sebastião Laranjeira autorizou a edificação da Igreja, que ficou pronta apenas em 01.11.1883, mesmo que um barracão (“decente capelinha”) ali existisse desde 1872. As fontes encontradas destacam, dentre os seus fundadores, o baiano Joaquim de Santana Sodré, que exerceu os cargos de tesoureiro, juiz e Escrivão dessa Devoção. Joaquim era um pardo/mulato nascido na freguesia de Santana, em Salvador, Bahia, que veio escravizado para o RS em data ainda desconhecida, mas que conseguiu se alforriar trabalhando até a morte de seu senhor, em 1836. Ele, já viúvo, casou com a preta liberta Quitéria Maria de Jesus na Igreja do Rosário, em 1882. Joaquim era carpinteiro e tinha um terreno vizinho ao da Capela do Bom Fim, falecendo em 05.06.1882, de congestão cerebral, descrito como pardo e com 70 anos de idade. Quando faleceu estava casado com a sua terceira companheira, a também parda Virgínia Maria Sodré (que faleceu em 07.04.1896, no Campo da Redenção), os quais de forma previdente redigiram um testamento em 10.09.1874. Naquela pequena autobiografia testamentária, Joaquim nos relata alguns dados a seu respeito, entre eles que era filho natural de Ledovina Francisca Sodré, já falecida. Ele deixou registrado que gostaria que seus ossos fossem depositados debaixo do altar mor da Capela que ele ajudou a construir, o que sua viúva cumpriu, contando com a autorização eclesiástica. Outras pesquisas já apontaram a importância da diáspora afro-baiana para a constituição das religiosidades, culturas e identidades gaúchas. Essa apresentação versará sobre uma das faces dessa diáspora, apresentando a Devoção do Senhor do Bom Fim, de Porto Alegre, como um local de carinho, cuidado, memória e de interação social e racial.

**Palavras-chave:** Irmandades afro-católicas; devoções negras; Devoção do Bom Fim.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Entre Eufrásias, Ritas e Marias: experiências de liberdade e maternidade na fronteira oeste da Província de São Pedro (1850-1872)**

Rafaela May Amaral (UFPel)  
[rafaelamayy@gmail.com](mailto:rafaelamayy@gmail.com)

Em 30 de novembro de 1870, no município de Alegrete, o senhor Antônio Mendes Ferreira registrou a alforria da parda Marcelina, mediante o pagamento de 1:200 mil réis, feito pela mãe da agora liberta, a parda Eufrásia. Sabe-se que a hereditariedade materna da escravidão nas Américas ocorreu com base no princípio do direito romano *partus sequitur ventrem*, ocasionando com que os filhos nascidos de ventres escravos herdassem a condição jurídica de suas mães. A partir de 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que pôs fim ao tráfico transatlântico de escravizados, a responsabilidade pela reprodução de parte da mão de obra do sistema decaiu sobre as mulheres escravizadas que, a partir de seus ventres, gerariam parte significativa da riqueza de seus senhores. Considerar as agências e vivências do corpo negro feminino sob o jugo do cativo possibilita, para além das questões relacionadas aos ofícios desempenhados por estas mulheres, refletir acerca dos significados da liberdade para as cativas que foram duplamente exploradas: ora por seu lugar dentro de um sistema que se valia da apropriação e exploração de seu trabalho produtivo, ora pela exploração de sua capacidade reprodutiva. Desta forma, valendo-se das cartas de alforrias e atentando-se para aquelas que mencionam os laços maternos, a presente proposta de comunicação busca investigar as maneiras pelas quais as intersecções entre raça, gênero e condição jurídica moldaram os projetos de mulheres escravizadas em torno da conquista da liberdade para si e sua prole. A análise se concentra na região da fronteira oeste da Província de São Pedro, considerando os municípios de Alegrete, Uruguaiana e Santana do Livramento, espaço caracterizado enquanto local de disputa pela proximidade com o Estado Oriental do Uruguai e a Argentina. Esta região, portanto, evidencia características particulares para refletir acerca do cotidiano feminino no sistema escravista. Apropriando-se dos aparatos legais, dos laços de compadrio, redes de solidariedade e do espaço no qual estavam inseridas, estas mulheres agenciavam-se em torno do maternar e da permanência próxima a seus filhos, desenvolvendo estratégias que foram definidoras de suas experiências.

**Palavras-chave:** gênero; maternidade; liberdade.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Morena, Parda ou Negra? A construção documental da cor de uma trabalhadora na Cooperativa de Consumo da Viação Férrea do RS (1942)**

Saionara Luciana Ribeiro Moreira (UFSM)  
[saionaralucianaribeiriomoreira@gmail.com](mailto:saionaralucianaribeiriomoreira@gmail.com)

Este trabalho analisa os registros documentais de uma trabalhadora da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em 1942, cuja identidade racial foi classificada de forma dissonante em diferentes fontes, “parda” na carteira de trabalho e “morena” no atestado de saúde. Enquanto suas características fenotípicas revelam ser uma mulher com traços negróides e pele escura. A partir desse caso individual, a pesquisa investiga como a classificação racial no Brasil pós-Abolição funcionava como uma ferramenta de embranquecimento. Termos como “pardo” e “morena” não eram neutros, mas eram termos que diluíam a negritude, dificultando que a população negra se organizassem politicamente. Esse foi um mecanismo que a historiadora Wlamyra Albuquerque chamou de jogo da dissimulação. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, a carteira de trabalho era mais que um documento, era um instrumento de controle. Nesse contexto, a classificação racial tinha um papel central no projeto de construção da nação. A inconsistência nos registros da trabalhadora não era um simples erro, mas a expressão de um processo ativo de invisibilização. A trajetória dessa trabalhadora chega até nós de forma incompleta, através de fragmentos no arquivo. Essa incompletude é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade. Ela ilustra perfeitamente a dificuldade de reconstruir a história do período pós-Abolição a partir da perspectiva daqueles que foram marginalizados. Seu estudo obriga-nos a ler as entrelinhas dos arquivos. O objetivo deste trabalho é, portanto, iluminar uma dessas muitas histórias fragmentadas, discutindo como as desigualdades raciais se mantiveram no Brasil. Através dessa análise, busca-se não apenas recuperar uma voz silenciada, mas também entender melhor como raça, gênero e classe se conectam na formação dos mundos do trabalho no sul do Brasil. O racismo se perpetua não apenas por meio da exclusão, mas também através de processos sutis de inclusão subalterna e apagamento identitário. Por fim, a pesquisa ambiciona contribuir para a história do trabalho no Rio Grande do Sul, destacando a presença e a resistência de mulheres negras em ambientes que, tradicionalmente, foram contados sob a perspectiva dos brancos, como é o caso da Cooperativa.

**Palavras-chave:** COOPFER; raça; pós-abolição.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Pós-abolição e sociabilidade negra: Diógenes Baptista e seus caminhos**

Vitor da Silva Costa (PUCRS)  
[vcosta046@gmail.com](mailto:vcosta046@gmail.com)

A proposta de pesquisa consiste em abordar como objeto de análise a trajetória do poeta e médico Diógenes Baptista, bem como estabelecer o diálogo em torno das relações de sociabilidade e inserção social de pessoas negras no pós-abolição. Neste sentido, o estudo busca somar as discussões em torno das trajetórias negras, problematizando as diferentes experiências sociais, construções identitárias e demais dinâmicas socioculturais evidenciadas durante as primeiras décadas do século XX. Em suma, Diógenes pode ser definido como um médico que atuou na capital gaúcha, embora tenha sido bem mais que isso. Ingressou no funcionalismo público, relacionou-se com a imprensa negra, dedicou-se às inspirações poéticas, constituiu família, e vivenciou a experiência do cárcere na Casa de Correção de Porto Alegre durante os anos de 1930. Do ponto de vista acadêmico e historiográfico, esta pesquisa contribui cientificamente para as pesquisas acadêmicas sobre o pós-abolição, complexificando suas dimensões e possibilidades de investigação. Apontando a importância de visibilizar cada vez mais personagens negros que dialogaram com as questões de seu tempo. A proposta aqui levantada visa ampliar as noções em torno desses grupos em solo gaúcho com o intuito de problematizar as dinâmicas construídas e vivenciadas por estes sujeitos. Em termos teórico-metodológicos, este projeto de pesquisa caracteriza-se inicialmente por se tratar de uma pesquisa documental, compreendendo em seu conteúdo fontes de natureza distinta que somadas corroboram para diagnosticar e ampliar os ensejos desse estudo. Dentre as principais fontes históricas, destacam-se os jornais O Exemplo e A Federação, Registros eclesiásticos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, os processos jurídicos, o folheto de poesias de Diógenes Baptista e as entrevistas com os descendentes da família de Diógenes. Sobre as dimensões do caso de Diógenes Baptista, evidencia-se que mesmo inserido num setor promissor da comunidade negra porto-alegrense, seus caminhos apresentaram circunstâncias atípicas que nos possibilita tensionar os estereótipos raciais e sociais da masculinidade negra como chave de leitura para sua experiência social. Por se tratar de uma pesquisa documental, este projeto de pesquisa apresenta fontes de diferentes natureza e potencialidades para a investigação proposta.

**Palavras-chave:** Pós-abolição; Trajetórias negras; Diógenes Baptista.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## “Negros, porém... delicados”: imprensa e racialização no carnaval santa-mariense”

Vitória Miron Husein (UFSM)

[viti.miro@gmail.com](mailto:viti.miro@gmail.com)

A comunicação propõe apresentar os processos de racialização que podem ser observados nos carnavais de Santa Maria (RS) nas primeiras décadas do século XX, a partir da imprensa local. Considerando o contexto do Pós-Abolição, o carnaval foi um espaço de disputa simbólica, resistência e afirmação de identidades negras. Nesse período, sujeitos negros protagonizaram diversas agremiações carnavalescas na cidade, enfrentando formas explícitas e sutis de exclusão, vigilância e estigmatização racial. A análise dos jornais Diário do Interior e Correio da Serra revela como esses sujeitos utilizaram estratégias de mediação com a imprensa para garantir visibilidade e prestígio: cortejavam redações, convidavam jornalistas para bailes e apadrinhavam estandartes com figuras brancas influentes da cidade. Tais práticas não apenas garantiam a presença de seus nomes nos periódicos como constituíam formas de negociação por cidadania e reconhecimento, ainda que em um ambiente social marcado por hierarquias raciais. Ao mesmo tempo, a cobertura da imprensa reproduzia discursos racializados, como a exotização e erotização de mulheres negras ou elogios condicionados à branquitude do comportamento, como no caso dos "negros, porém... delicados e brancos nas ações". A comunicação também aborda episódios de racismo recreativo promovidos por agremiações brancas, como a Sociedade Carnavalesca Pyrilampos, que utilizava caricaturas racializadas de figuras negras e indígenas, reforçando estereótipos sob a aparência da brincadeira carnavalesca. Por fim, argumenta-se que o carnaval foi um terreno ambíguo: se por um lado permitia momentos de visibilidade e negociação para a população negra, por outro, reafirmava os limites impostos pela racialização e pelas hierarquias sociais. Ao tratar o carnaval como objeto de análise, a proposta busca revelar as múltiplas camadas de significação e disputa presentes nestas práticas culturais no contexto urbano santa-mariense do Pós-Abolição.

**Palavras-chave:** Imprensa; Pós-Abolição; Carnaval.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## RESUMOS

**SIMPÓSIO TEMÁTICO VI - Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas**

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Escrita-ensino amefricana da história: considerações teóricas e relatos de experiências na Educação Básica**

Gabrielle de Souza Oliveira (EEB-URI Santiago)  
[gabidesouza.o@hotmail.com](mailto:gabidesouza.o@hotmail.com)

A colonialidade trata-se de um conceito que define a herança da colonização/colonialismo mesmo após o fim do processo colonial, marcado pelas independências e libertações nacionais. Expressa-se de diferentes formas, manifestando-se nas relações de poder, possibilidades de ser e construções de saber. Na pesquisa de Mestrado intitulada “Por uma Escrita-Ensino amefricana da História: a Revolução Haitiana nos Manuais de Professoras/es na Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS”, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), dialoga-se com a colonialidade do saber e argumenta-se que tal conceito encontra expressão nos currículos ensinados, sobretudo no Ensino de História. Investiga-se, nos Manuais de Professoras/es de História do 8º ano do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Pelotas/RS, o componente curricular da Revolução Haitiana, com o objetivo de compreender como a presença do mesmo expressa uma potência decolonial na perspectiva de uma Escrita-Ensino amefricana da História. Para tanto, analisaram-se os Manuais de Professoras/es distribuídos na Rede Municipal de Ensino de modo a perceber de que maneira as categorias de colonialidade e decolonialidade se expressam nos mesmos. Em contraposição à tradição disciplinar eurocêntrica da história, reflete-se acerca da potência decolonial que a narrativa histórica pode assumir a partir da melhor compreensão de um processo revolucionário gestado na Amé(f)rica (GONZALEZ, 1988). Em diálogo teórico-metodológico com pesquisas e investigações oriundas da crítica decolonial e do campo do pós-abolição, constatou-se que o texto-base dos Livros da/o Estudante das coleções didáticas analisadas mantêm, em sua maioria, uma narrativa histórica tradicional, ancorada em uma perspectiva de tempo eurocêntrica e linear. Nestes, a Revolução Haitiana aparece como uma mera consequência dos acontecimentos e da racionalidade europeia. No entanto, nos Manuais das/os Professoras/es de História se fazem presentes referências e elementos que permitem pensar a Escrita-Ensino da História da Revolução Haitiana a partir de perspectivas outras, emergindo como potência decolonial em meio à tradição disciplinar da História. Nesse sentido, as aulas de história assumem um papel crucial na construção de narrativas históricas plurais e antirracistas. Dessa forma, o objetivo dessa comunicação é, além de compartilhar as reflexões desenvolvidas na pesquisa de mestrado, compartilhar experiências e estratégias didáticas empregadas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que reforçam o caráter de disputa em torno da memória histórica, da implementação da lei 10.639/03 e que contribuam com a tentativa de descolonizar o ensino de História e a escrita da história.

**Palavras-chave:** Crítica decolonial; Currículo; Ensino de História.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## O acervo fotográfico do Clube 24 de Agosto: salvaguarda e História Pública do povo negro da fronteira Brasil-Uruguai

João Pedro Vieira de Carvalho (Unipampa)  
[joaopydc2.aluno@unipampa.edu.br](mailto:joaopydc2.aluno@unipampa.edu.br)

Em 2012, após alguns anos de luta contra o leilão da sua atual sede, motivado por dívidas junto ao ECAD, o Clube 24 de Agosto recebeu o título de Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Foi nessa conjuntura que a presidência do Clube, na pessoa do Neir Madruga Crespo, percebeu a necessidade e a importância da criação de um acervo que pudesse salvaguardar a história do povo negro da região. Há mais de dez anos, o Clube, em parceria com a universidade, vem organizando, salvaguardando e catalogando diferentes suportes de memória em seu acervo. O Grupo de Estudos Sobre a Escravidão e o Pós-Abolição, vinculado ao curso de História-Licenciatura da Unipampa, é um destes coletivos que vem realizando parceria com o Clube 24 nos últimos anos. Dentro do acervo do Clube 24 de Agosto, existem dois gaveteiros de metal, onde são armazenadas as fotografias em pastas suspensas e envelopes feitos com material alcalino para aumentar a durabilidade das imagens e preservá-las com qualidade para que não sejam afetadas pela umidade ou outros fenômenos. No acervo do Clube, já passaram outros coletivos de docentes e estudantes que contribuíram na sua conservação. O GEESPA retomou o trabalho em 2023, e encontramos, naquele momento, pouco mais de 30 fotos acondicionadas nos envelopes de papel sem acidez. Neste processo de salvaguarda, foram catalogadas pelo coletivo, 631 fotos, sendo 429 fotografias impressas que foram obtidas em forma de doação ou registros feitos pela própria instituição e que foram submetidas ao processo de higienização, digitalização e catalogação. As outras 202 fotos, são registros que já estavam no formato digital ou que foram emprestadas ao GEESPA por terceiros, para que pudessem ser digitalizadas e catalogadas, no intuito de enriquecer mais ainda o acervo com registros da comunidade que frequentava o clube social negro. Estas fotografias foram preservadas desde a década de 1920 até os dias atuais e contam a história do Clube 24, dos protagonismos do povo negro da cidade. Estes registros digitalizados, junto de seus catálogos, serão disponibilizados, futuramente, como um acervo digital, em site com base na plataforma *Tainacan*, que servirá para expor as fotografias, atas e outros documentos do acervo do Clube. Estes trabalhos são muito importantes para visibilizar cada vez mais a história do Clube 24 e do povo negro da cidade, sendo instrumentos importantes para atividades pedagógicas antirracistas junto ao público escolar e demais pessoas da região, como as que o coletivo do GEESPA tem realizado nos últimos anos. Também, potencializa pesquisas, como, por exemplo, as que podem analisar as representações das festas, do carnaval, desde o início do século XX, assim como próprio cotidiano de luta contra o racismo da comunidade negra, ou até mesmo os protagonismo das mulheres enquanto rainhas de carnaval da instituição.

**Palavras-chave:** História pública; salvaguarda; história negra.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## O ensino de História e o pós-abolição no curso de Serviço Social: reflexões sobre a formação antirracista a partir da disciplina Serviço Social: Questões Introdutórias

Lorenzo Batista de Souza Ribeiro (UFSM)  
[lorenzo7ribeiro@gmail.com](mailto:lorenzo7ribeiro@gmail.com)

Carin Otília Kaefer Lisbôa

O Simpósio “Ensino de História e o pós-abolição: reflexões e práticas pedagógicas” propõe discutir os desafios da construção de narrativas históricas plurais e antirracistas. A partir dessa perspectiva, este trabalho reflete sobre a ausência do debate sistemático em torno do pós-abolição e do racismo estrutural no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), destacando a necessidade de sua inserção desde as primeiras disciplinas da graduação. A formação de assistentes sociais deve estar comprometida com a crítica à realidade brasileira e com o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas, sendo o racismo uma das expressões centrais da questão social. O período pós-abolição não significou plena liberdade para a população negra, mas inaugurou disputas por cidadania, trabalho, terra e memória, elementos silenciados nas narrativas tradicionais. Estudos de Flávio Gomes, Wlamyra Albuquerque e Ana Flávia Magalhães Pinto evidenciam a permanência das estruturas raciais excludentes e a urgência de inseri-las no debate educacional, em diálogo com a Lei 10.639/03 e a pedagogia antirracista. Contudo, a análise da grade curricular do Serviço Social da UFSM mostra que a temática racial aparece de modo fragmentado, sem centralidade. A disciplina “Serviço Social: Questões Introdutórias”, ofertada no primeiro semestre, apresenta conteúdos ligados à historicidade da profissão e à questão social, configurando-se como espaço fértil para problematizar a formação social brasileira e incluir a reflexão sobre o pós-abolição como chave interpretativa das desigualdades raciais. Propõe-se, assim, um plano de intervenção pedagógica que contemple uma aula dedicada ao tema, com leitura de intelectuais negros como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento e Kabengele Munanga, seguida de debate coletivo. Essa metodologia busca criar um espaço dialógico de enfrentamento ao racismo e reforçar a centralidade da questão racial na formação profissional, preparando assistentes sociais como agentes pedagógicos e políticos no combate às desigualdades.

**Palavras-chave:** Pós-abolição; Serviço Social; Racismo estrutural.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## Epistemologias em construção: Práticas formativas antirracistas na Terapia Ocupacional

Natália Ávila Borges Figueiredo (UFSM)  
[natalia.figueiredo@acad.ufsm.br](mailto:natalia.figueiredo@acad.ufsm.br)

Emilly dos Santos (UFSM)  
[santos.emilly@acad.ufsm.br](mailto:santos.emilly@acad.ufsm.br)

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito da disciplina de Terapia Ocupacional no Campo Social, articulando formação acadêmica, práticas pedagógicas e reflexões antirracistas. Partindo do conceito de modos de vida proposto por Isabel Guerra, compreendido em três dimensões interligadas: os sistemas e os atores sociais; o cotidiano e a história; e a relação entre o objetivo e o subjetivo na percepção do real; buscou-se analisar criticamente como as desigualdades sociais atravessam a vida cotidiana e produzem processos de exclusão social. A atividade pedagógica central consistiu na análise do filme *Querô*, cujas narrativas possibilitaram compreender as tramas de poder que incidem sobre juventudes em situação de desfiliação social. As estudantes realizaram uma atividade de produção de texto analítico, relacionando cenas do filme às dimensões do conceito de modos de vida, colocando no centro os sistemas de produção de desigualdade racial, histórica e institucional e como ele se manifesta e se perpetua na vida do protagonista. A experiência formativa permitiu tensionar o legado da escravidão na configuração das desigualdades pós-abolição, reconhecendo que a raça constitui um marcador social que impede o acesso a atividades e ocupações significativas, atravessando, de diferentes formas, diferentes experiências de gênero e etapas do curso de vida. Nessa perspectiva, a Terapia Ocupacional, ao ter como centralidade a atividade/fazer/ocupação, é convocada a elaborar estratégias de enfrentamento ao racismo, criando campos de possibilidade a partir de práticas antiopressivas. Isso implica compreender que a violência racial perpassa a existência da população negra em várias dimensões, exigindo do profissional um posicionamento ético-político que contribua para a participação social e para a superação das barreiras que se colocam na vida do sujeito negro. Conclui-se que processos formativos como este, que mesclam a análise crítica da realidade social, junto às produções subjetivas e aos referenciais teóricos comprometidos com a justiça racial, favorecem a construção de novas práticas pedagógicas e de saúde capazes de combater o racismo estrutural ainda enraizado em nossa sociedade. Tais iniciativas contribuem para a descolonização do ensino, para a consolidação de práticas antirracistas na formação em Terapia Ocupacional e para a produção de narrativas históricas plurais, nas quais pessoas negras verdadeiramente se reconheçam. Assim, a experiência reafirma a importância de práticas emancipatórias na formação acadêmica, destacando o papel da Terapia Ocupacional como campo de resistência e transformação social no enfrentamento às desigualdades do pós-abolição.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional; Racismo; Ensino.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Oficina Territórios Negros em Jaguarão: História Pública e pedagogia antirracista**

Natalia Kreiss da Silva Costa (Unipampa)  
[nataliakreiss15@gmail.com](mailto:nataliakreiss15@gmail.com)

Caiuá Cardoso Al Alam (Unipampa)  
[caiuaalam@unipampa.edu.br](mailto:caiuaalam@unipampa.edu.br)

Esta comunicação busca apresentar reflexões sobre as ações desenvolvidas pelo Grupo de Estudos sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA) do curso de História do Campus Jaguarão da Unipampa, na prática pedagógica extensionista junto às escolas: a Oficina Territórios Negros em Jaguarão. O GEESPA constitui-se como um importante agente no campo da História Pública, ao desenvolver atividades que evidenciam as resistências da população negra em Jaguarão. Por meio de iniciativas como a preservação da memória do Clube 24 de Agosto, a partir da salvaguarda de seu acervo, o grupo busca reconhecer os protagonismos negros na história local. Neste sentido, o GEESPA promove oficinas nas escolas e um roteiro pedagógico que possibilitam aos estudantes o contato direto com os chamados Territórios Negros da cidade, compreendidos como espaços de memória e resistência. As atividades são organizadas por etapas, tendo como objetivo os 9º anos do fundamental e os 3º do ensino médio. Nestes últimos anos, os docentes da educação básica que dialogam com o projeto, passaram por oficinas de preparação e troca de saberes sobre o conteúdo da proposta. Na primeira etapa, após agendamentos prévios, nos dirigimos até a escola e adentramos em sala de aula para apresentar algumas reflexões importantes. Na primeira etapa, evidenciamos a trajetória da imprensa negra na cidade, lideranças negras do passado e do presente, e imagens que evidenciam como foco as famílias negras. Na segunda etapa, realizamos um roteiro pelos principais Territórios Negros do centro da cidade, finalizando no Clube 24 de Agosto. Neste local, quem assume a atividade é o Griô, o Sr. Neir Madruga Crespo, abordando a história do Clube e do associativismo negro na cidade. Ainda no Clube, destacamos a história do associativismo negro, apresentando o acervo e materiais pedagógicos produzidos pelo GEESPA. Por fim, finalizamos a Oficina mostrando para as turmas escolares o acervo do Clube, incentivando o cuidado e valorização da documentação histórica. Neste primeiro semestre de 2025, trabalhamos com 7 instituições escolares e cerca de 150 estudantes. Dessa forma, as ações do GEESPA reforçam a compreensão de que o Pós-Abolição não deve ser visto apenas como uma referência cronológica posterior a 1888, mas sim, reafirmando-o como um campo de estudos sobre os projetos de liberdade, resistências e agências do povo negro. Assim, as ações do GEESPA reforçam o Pós-Abolição como campo de estudos, e a partir da História Pública, preserva memórias negras locais, fortalecendo práticas educativas contra o racismo.

**Palavras-chave:** GEESPA; Clube 24 de Agosto; História Pública.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## **Das correntes à invisibilidade: a luta pelo direito de existir no pós-abolição**

Rejane de Oliveira Gomes (SMED)  
[rejane.gominhas@gmail.com](mailto:rejane.gominhas@gmail.com)

A falsa abolição em 13 de maio de 1888 não significou a inclusão social, política e educacional da população negra no Brasil. Ao contrário, inaugurou um período marcado por exclusões, apagamentos e negação de direitos fundamentais. A Lei Áurea libertou os escravizados, mas não lhes garantiu acesso à terra, ao trabalho digno ou à educação. Assim, o período pós-abolição foi caracterizado por uma transição do regime escravocrata para um modelo de marginalização racial sustentado por políticas públicas omissas e pela montagem de um racismo estrutural que ainda hoje persiste. Assim, o percurso que vai da abolição à implementação das ações afirmativas evidencia que a liberdade legal foi apenas o primeiro passo de uma longa caminhada. As lutas por políticas públicas e pelo reconhecimento real das inúmeras desigualdades, são processos que atravessam a vida do negro e da negra todos os dias. O ensino no Brasil foi pensado para formar uma cidadania branca e europeizada, negando a história, a cultura e os saberes africanos e afro-brasileiros. Durante muitos anos, o acesso à escola foi privilégio das classes médias e altas, e a população negra permaneceu em situação de extrema desigualdade educacional. Neste campo, as lutas resultaram em conquistas importantes, como a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas. Este trabalho propõe, portanto, uma análise reflexiva, através de roda de conversa sobre a implementação das leis educacionais pós-abolição até os dias atuais. Desta forma conclui-se com este trabalho aponta para uma crescente nas discussões acerca do pós-abolição até os dias atuais, que demonstra a força e a resistência de um povo que foi por muito tempo impedido do acesso ao projeto nação. A resistência histórica do povo negro, no entanto, tem produzido rupturas, mobilizações e conquistas que moldam um novo horizonte de justiça e equidade no cenário educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Cotas; Abolição; Conquistas.

# CAMINHOS DO PÓS-ABOLIÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO

II Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Emancipações  
e Pós-Abolição da ANPUH-RS  
30, 31/10 e 01/11 na Universidade Federal de Santa Maria



## A Abolição Incompleta e a Educação Antirracista como Ato Político

Vanessa Gonçalves Dias

[vanessa.dias@aldeiadafraternidade.org.br](mailto:vanessa.dias@aldeiadafraternidade.org.br)

Pedro Júnior dos Santos da Silva

[pedro.santos@aldeiadafraternidade.org.br](mailto:pedro.santos@aldeiadafraternidade.org.br)

Mariá Passos de Souza

[mariah.passos@aldeiadafraternidade.org.br](mailto:mariah.passos@aldeiadafraternidade.org.br)

(Escola Comunitária Aldeia Lumiar)

A construção de uma educação antirracista nas escolas brasileiras é uma urgência histórica diante dos inúmeros desafios impostos por uma sociedade marcada por profundas desigualdades étnico-raciais. A presença do racismo estrutural nas instituições educacionais se manifesta tanto nos conteúdos curriculares quanto nas práticas pedagógicas e nas relações escolares cotidianas, o que reforça a necessidade de propostas que enfrentem de maneira crítica e transformadora as heranças coloniais que ainda atravessam a educação pública no país. Neste contexto, a presente comunicação tem como objetivo apresentar e refletir sobre a experiência curricular antirracista desenvolvida na Escola Comunitária de Educação Básica Aldeia Lumiar, localizada em Porto Alegre/RS, a partir da experiência do “Espaços Educativos Afro-brasileiros e Indígenas” (EEABI). A experiência da escola pode ser compreendida como parte do que autores e autoras vêm denominando como Espaços Educativos Afro-brasileiros e Indígenas (EEABI) — territórios pedagógicos e políticos que tensionam o projeto eurocêntrico de escola e afirmam outras epistemologias, modos de existência e formas de aprender e ensinar, baseados na ancestralidade, na oralidade, no pertencimento coletivo e na espiritualidade. Nesse sentido, a Aldeia Lumiar não apenas incorpora elementos afro-indígenas em seu currículo, mas se constitui como um território de resistência epistemológica e política frente ao projeto colonial de epistemicídio, garantindo assim a aplicação da Lei 10.639/2003. O relato de experiência, enquanto metodologia adotada neste trabalho, possibilita a articulação entre a prática pedagógica disciplinar da História vivenciada no cotidiano da escola e o aporte teórico de autores que fundamentam as lutas por uma educação antirracista, contracolonial e democrática. Para tanto, dialogamos com as contribuições de Freire (1997), Nilma Lino Gomes (2003), Quijano (2015), e Beatriz Nascimento (2018) entre outros, cujas reflexões fortalecem a compreensão crítica sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa e plural. A escola, organizada a partir de uma proposta pedagógica de projetos, estrutura seu trabalho com base em um currículo ciclado e em métodos que valorizam o ensino por projetos, o protagonismo estudantil e a auto-organização coletiva. A pedagogia praticada na Aldeia Lumiar está alicerçada em princípios como a educação popular, a diversidade, o currículo em mosaico, a multietariedade, a aprendizagem ativa, a gestão democrática e a avaliação integrada. O relato de experiência, enquanto metodologia adotada neste trabalho, possibilita a articulação entre a prática pedagógica vivenciada no cotidiano da escola e o aporte teórico de autores que fundamentam as lutas por uma educação antirracista, contracolonial e democrática.

**Palavras-chave:** educação antirracista; pós-abolição; práticas pedagógicas.

# II ENCONTRO ESTADUAL DO GRUPO DE TRABALHO EMANCIPAÇÕES E PÓS-ABOLIÇÃO (GTEP-ANPUH-RS)

Realização:



Apoio:

